



Copel Geração e Transmissão S.A.

CNPJ/MF 04.370.282/0001-70

Inscrição Estadual 90233068-21

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua Jose Izidoro Biazetto, 158 - Mossungue - Bloco A

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

E

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Dezembro/2008



ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
1. DIMENSÃO GERAL	4
1.1 Mensagem da Administração	4
1.2 Referencial Estratégico	5
1.3 Perfil Organizacional	5
1.4 Cenários	6
1.5 Governança Corporativa	9
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	13
2.1 Copel Geração e Transmissão em números	13
2.2 Reajuste tarifário da Transmissão	14
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	15
3.1 Resultado	15
3.2 LAJIDA ou EBITDA	16
3.3 Endividamento	16
3.4 Captação de recursos em 2008 para empreendimentos e programas	16
3.5 Investimentos	17
4. DESEMPENHO SOCIAL	18
4.1 Projeto e Programas Corporativos Sociais	18
4.2 Recursos humanos	20
5. DESEMPENHO AMBIENTAL	22
5.1 Gestão ambiental	22
5.2 Biodiversidade	24
5.3 Ações compensatórias por uso de recursos naturais	25
5.4 Preservação de áreas de patrimônio da União	25
5.5 Educação Ambiental	27
5.6 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico (P&D)	28
5.7 Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL	29
5.8 Emissões, efluentes e resíduos	30
5.9 Licenciamentos ambientais - Empreendimentos de geração e transmissão de energia	32
5.10 Gestão de multas, termos de compromisso e notificações ambientais	32
6. BALANÇO SOCIAL	34
7. AGRADECIMENTOS	37
7.1 Mensagem de Agradecimento	37
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	38
Balancos Patrimoniais	38
Demonstração do Resultado	40
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	41
Demonstração dos Fluxos de Caixa	42
Demonstração do Valor Adicionado	43
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	45
1 Contexto Operacional	45
2 Incorporação	47
3 Apresentação das Demonstrações Contábeis	47
4 Mudanças de práticas contábeis	48
5 Principais Práticas Contábeis	50
6 Caixa e Equivalentes de Caixa	56
7 Consumidores e Revendedores	57
8 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	58
9 Impostos e Contribuições Sociais	59
10 Cauções e Depósitos Vinculados	61
11 Outros Créditos	61
12 Depósitos Judiciais	62
13 investimentos	62
14 Imobilizado	65
15 Intangível	68
16 Empréstimos e Financiamentos	69
17 Fornecedores	72
18 Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	73
19 Benefícios Pós-Emprego	73
20 Outros Passivos Regulatórios	75
21 Pesquisa e Desenvolvimento	76
22 Outras Contas a Pagar	77
23 Provisões para Contingências	77
24 Patrimônio Líquido	79



COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

25	Receita Operacional.....	80
26	Deduções da Receita Operacional.....	82
27	Custos e Despesas Operacionais.....	82
28	Resultado Financeiro.....	87
29	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.....	87
30	Instrumentos Financeiros.....	88
31	Transações com Partes Relacionadas.....	91
32	Seguros.....	92
33	Gastos em meio ambiente.....	93
34	Demonstração do Resultado Segregado por Atividade.....	94
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....		95
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA.....		96



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. DIMENSÃO GERAL

1.1 Mensagem da Administração

Estamos apresentando, com orgulho e satisfação, o Relatório de Atividades da Copel Geração e Transmissão referente ao exercício de 2008, elaborado com base nas diretrizes estratégicas e nos compromissos de sustentabilidade assumidos pela Controladora.

Paralelamente à execução dos investimentos em projetos e obras inerentes à atividade, o ano foi marcado pela consolidação das adequações estruturais decorrentes da absorção pela Copel Geração e Transmissão dos ativos de transmissão de energia nas classes de tensão superiores a 138 mil volts que pertenciam à extinta Copel Transmissão.

Outro destaque foi a conclusão dos trabalhos de automação da Hidrelétrica Apucarantina e sua inclusão entre as 15 usinas controladas e comandadas à distância pelo Centro de Operação da Geração da Copel.

Por fim, como fato subsequente, em março de 2009 com o intuito de coordenar os assuntos e as atividades socioambientais corporativa foi criada a Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial, já integrada ao organograma da Companhia, providência que não só destaca, mas reveste com a formalidade devida as questões de natureza social e ambiental, que são preciosas, estratégicas e fundamentais para as operações da Controladora.

Curitiba, 14 de Abril de 2009.

A Administração



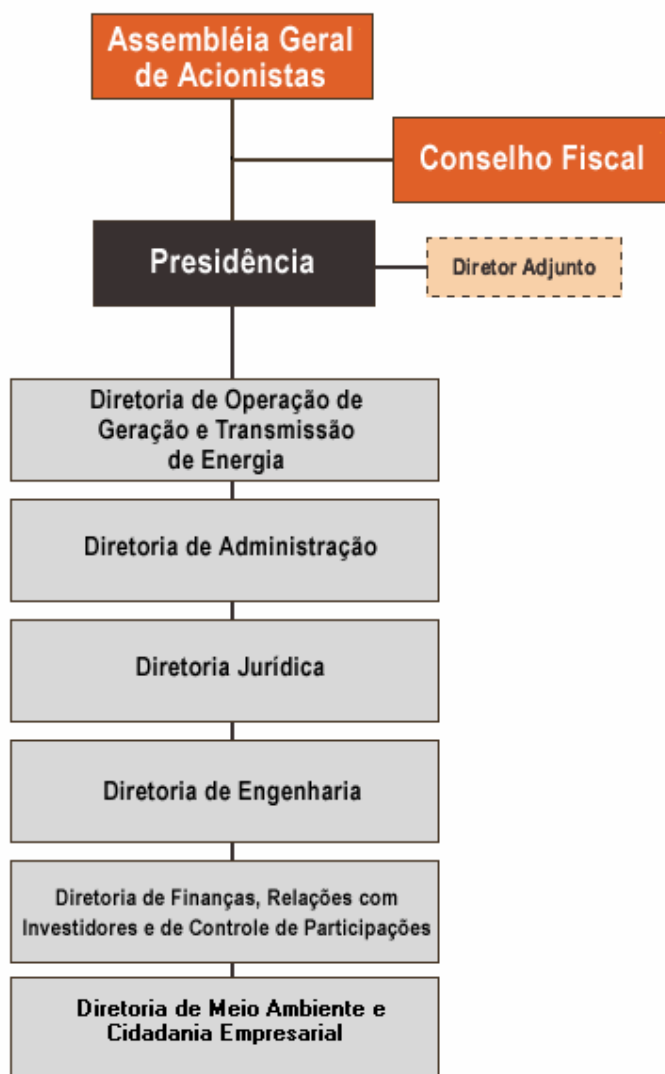
1.2 Referencial Estratégico

A Copel Geração e Transmissão segue o Referencial Estratégico da Controladora, tendo o seguinte conjunto de valores como orientadores das suas ações e decisões internas e externas:

- 1) **Transparência** - prestação de contas das decisões e realizações da Companhia para informar seus aspectos positivos e/ou negativos a todas as partes interessadas;
- 2) **Ética** - resultado do pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum;
- 3) **Respeito** - consideração com o próximo;
- 4) **Responsabilidade Social e Ambiental** - condução da vida da Companhia de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida;
- 5) **Segurança** - ambiente organizacional seguro que permite a continuidade da vida da Companhia.

1.3 Perfil Organizacional

A Copel Geração e Transmissão S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel, tendo como atividades principais a exploração do serviço de geração de energia elétrica e o serviço de transmissão: segmento que tem como atribuição prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia através de subestações com tensões iguais ou superiores a 230kV. Maiores detalhes encontram-se na Nota Explicativa - NE 01 e 02.



1.4 Cenários

1.4.1 Análise Internacional

A partir do segundo semestre de 2007, a confiança na continuidade do ciclo expansionista começou a diminuir, fato desencadeado pelo elevado número de inadimplências no setor *subprime* do financiamento imobiliário dos Estados Unidos da América sob garantias hipotecárias. Aliado a este, outros fatores começaram a fragilizar a credibilidade no crescimento global, tais como a expectativa da redução do ritmo acelerado de crescimento da China, o volume dos déficits gêmeos americanos (fiscal e em conta corrente) e o desequilíbrio entre o crescimento das cadeias de suprimento de matérias primas básicas e o aumento do consumo proporcionado pelo crescimento mundial, causando um efeito inflacionário global. Estes fatores associados conduziram a um contexto recessivo mundial. A interferência dos governos e dos bancos centrais,



através das políticas fiscais e monetárias, empréstimos aos bancos e instituições financeiras, são alternativas para tentar evitar a recessão. Os países emergentes serão afetados em menor escala do que os países desenvolvidos, devido ao fortalecimento das instituições e das políticas macroeconômicas, aos ganhos de produtividade advindos da globalização e ao crescimento de seus mercados internos. A desaceleração da demanda reduz o preço das *commodities* e conseqüentemente diminui a inflação mundial.

1.4.2 Análise Nacional

O bom desempenho da economia mundial no período 2003-2008 produziu impactos positivos na economia brasileira. Como resultado, em 2008 a atividade industrial acelerou-se, a taxa de desemprego diminuiu, houve expansão da renda, com crescimento de 4% no PIB per capita, redução da desigualdade social, aumento dos empréstimos do sistema financeiro, expansão do consumo, evolução positiva do mercado de capitais e a obtenção do grau de investimento (*investment grade*) dado aos países considerados seguros para investir, certificado pela *Fitch e Standard & Poor's*, agências avaliadoras mundialmente respeitadas. O sistema bancário nacional está solidamente instalado e relativamente bem regulamentado, sendo reconhecido como modelo mundial.

O PIB nacional fechou 2008 com crescimento de 5,1%, ainda que afetado pela redução econômica observada no quarto trimestre, período em que cresceu apenas 1,3% comparativamente a igual período de 2007. O resultado do PIB por setor foi de 5,8% para a agropecuária, 4,8% para o setor de serviços e 4,3% na indústria.

1.4.3 Análise Estadual

Na última década o Paraná apresentou avanços nas indústrias de máquinas e equipamentos, veículos automotores, madeira, mobiliário, papel e papelão, bebidas e alimentos, sendo a âncora do crescimento composta pelo agronegócio e pela demanda externa. O PIB do Paraná cresceu 5,8% em 2008, segundo estimativas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Ipardes.

A produção de grãos na safra 2007/2008 apresentou ampliação de 7,8% em relação à temporada anterior, totalizando 31,5 milhões de toneladas, com destaque para as culturas de trigo e milho, que tiveram variações nas quantidades colhidas de 58,3% e 7,8%, respectivamente.

A indústria apresentou aumento de 8,6% na produção física, sob influência principalmente dos segmentos de veículos automotores (crescimento de 23,8%), edição e impressão (32,3%) e celulose e papel (16,7%), impulsionados, em grande parte, pela produção de caminhões, livros, brochuras ou impressos didáticos e cartolina.



O setor de comércio e serviços acompanhou o crescimento dos demais, com acréscimo no volume de vendas do comércio varejista de 7%.

1.4.4 Análise Setorial

No segmento de geração, 2008 foi marcado, principalmente, pelo término indiscutível da sobreoferta que perdurava desde o racionamento de 2001-2002. Somado aos problemas estruturais de suprimento de combustível, o atraso das chuvas no início do ano levou o preço de energia de curto prazo a valores superiores a R\$ 500,00/MWh, ressuscitando o fantasma da inadimplência setorial e até da possibilidade de novo racionamento. A reação do governo veio por meio do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), que determinou o despacho de usinas termelétricas fora da ordem de mérito, o que elevou a conta dos consumidores em algo da ordem de R\$ 1,8 bilhão. Surpreendentemente, a situação energética interna delicada foi acompanhada de um inédito acordo para suprimento emergencial à Argentina e ao Uruguai, o que gerou críticas sobre um suposto subsídio àqueles países bancado pelos consumidores brasileiros.

A formalização desse despacho discricionário de termelétricas veio com a aprovação, pelo CMSE, em junho, dos chamados "níveis-metas" para os reservatórios dos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste. Em novembro de 2008, os níveis arbitrados por aquele Comitê, a partir de sugestão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ficaram, para aqueles subsistemas, em 53% e 35%, respectivamente. Ao final do ano, o ONS propôs regras de despacho para a estação seca (conhecidas como Procedimentos Operativos) associadas aos níveis-metas, que foram submetidas a audiência pública pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Em 2008, foi marcado pelo sucesso do leilão da segunda usina do rio Madeira, a UHE Jirau (3.300 MW), cuja concessão foi outorgada ao consórcio Energia Sustentável do Brasil. O preço da energia para o mercado cativo ficou em R\$ 71,37/MWh, representando um deságio de 21,5% em relação ao teto estabelecido pelo Governo.

Em agosto, ocorreu o primeiro Leilão de Energia de Reserva, destinado a usinas à biomassa. O leilão contratou produtos de 15 anos, com início em 2009 e 2010. A energia dessas usinas se destina a aumentar o nível de segurança energética, não sendo computada como lastro para algum agente específico.

Em setembro, o leilão de energia nova A-5 negociou 3.125 MWmed, sendo 121 MWmed referentes à Usina Baixo Iguaçu, arrematada pela Neoenergia, cujo preço de venda ficou em R\$ 98,98/MWh. Os restantes 3.004 MWmed provirão de usinas termelétricas, com preço médio (ICB) de R\$ 145,23/MWh. Somados aos 1.076 MWmed de termelétricas do leilão A-3, esses números indicam a opção da expansão do parque gerador nacional.

No segundo semestre de 2008, iniciou-se a construção da Usina Hidrelétrica Mauá, com 361 MW de potência instalada, localizada no rio Tibagi, entre Telêmaco Borba e Ortigueira, no Paraná. O



Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, formado pela Copel Geração e Transmissão (51%), líder do consórcio, e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (49%), conquistou em outubro de 2006, a concessão para exploração, durante 35 anos, da usina, cuja energia foi comercializada no leilão de 2006, por R\$ 112,96/MWh. O início da operação comercial está previsto para 2011.

Os leilões de energia nova de 2008 marcaram a mudança do critério de garantia de suprimento adotado no setor elétrico brasileiro. A energia assegurada dos empreendimentos que participaram desses leilões já foi calculada com o critério de igualdade entre os custos marginais de expansão e de operação, ao passo que o critério anterior utilizava o risco de déficit de 5%. Um dos efeitos (e, possivelmente, objetivos) dessa mudança foi a redução da competitividade artificial das termelétricas nos leilões por disponibilidade.

Nesse cenário, e seguindo a estratégia de antecipar a venda de energia que será descontratada em 2012, a Copel Geração e Transmissão promoveu ou participou de leilões de energia no ambiente livre, como vendedora, para fornecer, a partir de 2013 (inclusive), 496,5 MWmed a cinco grandes clientes. Efetivou, também, a venda da energia proveniente da Centrais Eólicas do Paraná.

Quanto a novos empreendimentos, a Copel Geração e Transmissão lançou o leilão de venda, para o mercado livre, de parte da energia proveniente da Usina Baixo Iguaçu, cuja concessão foi leiloada pela Aneel.

Além dos leilões de geração, dois leilões de transmissão ocorridos em 2008 devem mudar bastante a configuração do Sistema Interligado Nacional (SIN) nos próximos 5 anos: o do próprio sistema tendo em vista que conectará as usinas do Madeira e o do linhão Tucuruí-Manaus-Macapá, que decretará a integração dos principais sistemas isolados remanescentes ao Sistema Integrado Nacional.

Em 2008 também renasceram as esperanças da geração nuclear no País. A retomada do Programa Nuclear Brasileiro, apresentado ao Presidente da República em agosto, prevê pelo menos 5.400 MW até 2025. Nesse valor estão incluídos os 1.400 MW referentes à Usina de Angra III, que recebeu licença prévia do Ibama em julho.

1.5 Governança Corporativa

A Copel Geração e Transmissão, através de sua Controladora, busca constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança corporativa, que é, para a Companhia, o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal.

Os administradores buscam, dessa forma, contribuir para a perenidade da Companhia, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental; aprimorar o



relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas; minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros; e aumentar o valor da Companhia, viabilizando a estratégia de captação de recursos.

1.5.1 Auditorias Interna e Externa

- **Auditoria Interna**

A Auditoria Interna da Controladora tem suas atividades orientadas segundo as normas estabelecidas pelo Institute of Internal Auditors - IIA e pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil - Audibra, segundo as quais a auditoria interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos através da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa.

No âmbito do gerenciamento de riscos e controles, a Auditoria Interna auxilia a organização na identificação e na avaliação de exposições significativas a riscos, contribuindo para a melhoria contínua e a manutenção desses sistemas.

Relativamente à governança corporativa, tais normas estabelecem que a Auditoria Interna deve avaliar e fazer recomendações apropriadas para a melhoria do processo, contribuindo para promover a ética e valores apropriados dentro da organização, assegurar a gestão eficaz do desempenho e a responsabilidade por prestação de contas, comunicar de forma eficaz as informações relacionadas a risco e controle e auxiliar o estabelecimento de comunicação de informações entre os auditores externos e internos e a Administração.

- **Auditoria Externa**

Nos termos estabelecidos pela Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, a Companhia através de sua Controladora contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Desde sua contratação, aquela Empresa prestou serviços somente relacionados à auditoria independente. No relacionamento com os auditores independentes, a Controladora tem como ponto fundamental a não-contratação de outros serviços de consultoria que venham interferir na independência dos trabalhos de auditoria externa.

Para atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, a partir de 2005 os principais controles dos ciclos que podem causar falhas ou erros nas demonstrações financeiras, acima do nível de materialidade, são testados pelas auditorias interna e externa. Como medida de governança, os procedimentos da auditoria interna para realização desses testes são avaliados pela auditoria externa.



1.5.2 Gestão de riscos

A política de Controles e Gestão de Riscos da Controladora, formulada em 2006, estabeleceu a sistematização dos processos de gestão de riscos e controles internos, cuja avaliação será utilizada por meio da metodologia estabelecida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*.

Em 2007, teve início a implantação da Gestão Integrada de Riscos Corporativos, com apoio de consultoria especializada, com destaque para as seguintes atividades:

- planejamento da implantação da gestão de risco;
- avaliação do processo de gestão de risco atual e identificação de oportunidades de melhoria;
- identificação e avaliação dos principais riscos relacionados aos objetivos de crescimento e a questões ambientais e fundiárias;
- avaliação dos controles e ações de mitigação desses riscos;
- estudo de integração e alinhamento da gestão de risco com as demais iniciativas existentes: Lei Sarbanes-Oxley, gestão e padronização de processos da Organização Internacional para Padronização (*International Organization for Standardization - ISO*), *Balanced Scored Card - BSC*, Gerenciamento pelas Diretrizes, Modelo de Excelência da Gestão e desenvolvimento dos sistemas de informática corporativos.

A Copel Geração e Transmissão mantém Comitê de Gerenciamento de Riscos e Seguros Patrimoniais, que tem por objetivos:

- desenvolver e aperfeiçoar estudos para o estabelecimento de política de gerenciamento de riscos e seguros dos ramos elementares da Copel Geração e Transmissão;
- definir junto às áreas pertinentes da Companhia o que deve ser segurado, através de levantamentos, identificação e análise de risco, experiências e histórico de sinistralidade, por tipo e características de bens e equipamentos, de dispêndio de prêmios de seguro no período - utilizando parâmetros auxiliares relacionados a cada tipo de risco para desenvolvimento paralelo com as áreas envolvidas - e de técnicas e inspeções preventivas de detecção de possíveis danos ao patrimônio da Companhia; e
- promover e manter a política adotada.

Com base nas recomendações desse Comitê e visando atender à legislação vigente sobre seguros e à Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, a Copel contrata apólices de seguros para salvaguardar seus bens e instalações e mantém seguro para reparação por danos



involuntários causados a terceiros.

1.5.3 Tecnologia da Informação

As estratégias corporativas na área de Tecnologia da Informação - TI para o período 2008-2012 têm como objetivo atender às necessidades de negócio da Copel Geração e Transmissão definidas em seu planejamento estratégico de forma a propiciar avanço tecnológico consistente e necessário, com foco em: modernização dos sistemas, processamento centralizado, padrões abertos baseados em interface web e adoção de soluções viáveis de software livre.

Em 2008, a TI deu continuidade à estratégia de alinhar seus sistemas aos processos de negócio da Companhia, usando como base para o desenvolvimento de novas soluções a modelagem dos processos de negócio com o objetivo de melhorar os controles e ganhos de qualidade e produtividade, através do *Control Objectives for Information and Related Technology - COBIT*, definidos pelo IT Governance Institute para Governança e *IT Infrastructure Library - ITIL*, bem como através da *Central Computer Telecommunications Agency - CCTA*, para gerenciamento de serviços. Tal estratégia inclui também adesão à política de informática do governo do Estado, aprimoramento contínuo da segurança e da disponibilidade de serviços e redução de custos.

Na busca de soluções para as necessidades de negócio, a área vem empreendendo grande esforço para modernização de seus sistemas e infraestrutura, através dos programas ERP - Gestão Empresarial Integrada, CIS - Gestão de Consumidores, SASE - Modernização dos Sistemas de Automação de Subestações, Pilares - Infraestrutura para Programas e Projetos da Tecnologia da Informação e Migrageo - Modernização Sistemas Georeferenciados.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Apresentamos, a seguir, dados condensados de nosso desempenho operacional e de produtividade relativamente ao período de 2008 e 2007, assinalando que os registros espelham os resultados obtidos pela Companhia em conformidade com seu planejamento estratégico, assegurando a infraestrutura para negócios com custos, prazo e qualidade adequados.

2.1 Copel Geração e Transmissão em números

Copel Geração e Transmissão em Números	2008	2007	Δ % 2008-2007
Financeiros - R\$ milhões			
Receita operacional ou Vendas brutas	1.804,0	1.502,3	20,1
Receita operacional líquida ou Vendas líquidas	1.544,1	1.281,4	20,5
LAJIDA ou EBITDA	940,0	808,1	16,3
Lucro líquido	623,2	542,5	14,9
Patrimônio líquido	3.629,0	3.144,4	15,4
Indicadores Econômico-financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,34	1,37	(2,2)
Margem operacional do serviço (%)	52,1	54,8	(4,9)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	20,7	20,9	(1,0)
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	8,5	10,8	(21,3)
Atendimento			
Geração de energia - participação mercado Nacional (%)	4,6	4,9	(6,1)
Geração de energia - participação mercado da Região Sul (%)	26,7	31,3	(14,7)
Transmissão de energia - participação mercado nacional (%) ⁽¹⁾	2,6	1,9	36,8
Empregados	1.554	1.510	2,9
Mercado			
Geração própria (GWh)	20.372	18.134	12,3
Operacionais			
Usinas em operação	18	18	-
Subestações elevadoras	11	11	-
Subestações transmissoras	30	30	-
Linhas de transmissão (km)	1.835	1.787	2,7
Capacidade instalada (MW)	4.550	4.550	-

⁽¹⁾ dado estimado



2.2 Reajuste tarifário da Transmissão

Em 2007, por meio da Resolução Homologatória nº 487/2007, a Aneel homologou o resultado da primeira revisão tarifária periódica da Copel Transmissão S.A., a qual se destina apenas a novas instalações (instalações autorizadas). O reposicionamento tarifário foi fixado em 15,08% negativos, a ser aplicado sobre as parcelas da Rede Básica de Novas Instalações - RBNI, que correspondem às instalações autorizadas pela Aneel a partir de 2000, e da RCDM (Novas Instalações de Conexão e Demais Instalações de Transmissão), também com autorizações a partir de 2000, vigentes em 1º de julho de 2005.

A Aneel adiou o processo de revisão das transmissoras de 2005 para 2007, que resultou em diferença de arrecadação no período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2007. Em virtude dos efeitos retroativos, a nova receita será compensada em 24 meses, por meio do mecanismo contratual da parcela de ajuste, e incorporada à receita bruta de transmissão.

As parcelas relativas à Rede Básica do Sistema Existente - RBSE e à Rede de Conexão e Demais Instalações de Transmissão Existentes - RPC foram excluídas do processo de revisão tarifária por força da cláusula sexta do contrato de concessão, tendo suas parcelas de receita reajustadas pelo IGP-M do período. Devido a esse fato, o impacto sobre a receita total da transmissora foi de 5,69%.

A Receita Anual Permitida - RAP, por meio da Resolução Homologatória Aneel nº 670/2008, foi reajustada a partir de julho/2008 pelo IGP-M anual acumulado do período, que importou em 11,52%.

Conforme previsto no Contrato de Concessão 060/2001, que representa 95% da receita de transmissão, a segunda revisão tarifária está prevista para 30/06/2009, sendo que a receita reposicionada deverá ter validade a partir de 1º/07/2009. Já o Contrato de Concessão da linha de transmissão Bateias/Jaguariaíva não prevê revisão tarifária, sendo sua receita reajustada anualmente pelo IGP-M.



3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 Resultado

A Copel Geração e Transmissão obteve lucro líquido de R\$ 623,2 milhões, sendo 14,9% maior que o exercício anterior, que foi de R\$ 542,5 milhões, proporcionando Rentabilidade do Patrimônio Líquido de 20,7%. As principais variações foram:

- 1) O aumento no total das receitas operacionais em 20,1%, ocasionado pelo acréscimo da receita de suprimento de energia elétrica em 8,7%, em virtude principalmente da venda em leilão e contratos bilaterais, e da receita de disponibilização da rede elétrica que aumentou de R\$ 18,1 milhões em 2007 para 228,1 milhões em 2008. Maiores detalhes encontram-se na Nota Explicativa - NE 25;
- 2) Os custos de operação, que totalizaram em 2008 R\$ 319,3 milhões (R\$ 176,7 milhões em 2007), tendo como destaque a elevação dos custos com energia elétrica comprada para revenda em 26,3%, e dos custos com pessoal em 74,4%. Detalhamento dos custos e despesas operacionais encontram-se na NE 27;
- 3) O Resultado financeiro líquido no exercício totalizou R\$ 24,0 milhões positivos, variação negativa de 21,3% em relação ao ano anterior, motivado principalmente pelo acréscimo nas despesas de variações monetárias. Detalhamento na NE 28.



3.2 LAJIDA ou EBITDA

Apresentamos a seguir a tabela com o Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA):

Cálculo do Lajida/Ebitda		
	2008	2007
Lucro do período	623.177	542.451
IRPJ e CSLL diferidos	5.483	7.633
Provisão para IRPJ e CSLL	205.537	182.575
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(23.956)	(30.452)
Participações de acionistas não controladores	(5.759)	(148)
Lajir/Ebit	804.482	702.059
Depreciação e Amortização	135.509	106.033
Lajida/Ebitda - ajustado	939.991	808.092
Receita Operacional Líquida - ROL	1.544.088	1.281.437
Margem do EBITDA% ⁽¹⁾	60,9%	63,1%

⁽¹⁾ Ebitda ÷ ROL

3.3 Endividamento

O endividamento totalizou R\$ 308,3 milhões em 2008, sofrendo redução de 8,9% em relação a 2007. Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 80,1 milhões (70,2 milhões em 2007), dos quais R\$ 54,7 milhões em amortização de principal e R\$ 25,4 milhões de encargos. Houve ingresso de 2,3 milhões referente contratos com a FINEP. Detalhamento na Nota Explicativa-NE nº 16.

3.4 Captação de recursos em 2008 para empreendimentos e programas

Em 2008, a Companhia atuou junto a órgãos financiadores com o objetivo de viabilizar recursos para os seguintes empreendimento e programas:

Usina Hidrelétrica de Mauá: Em 17/11/08, foi aprovada, pela Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, financiamento para a UHE Mauá.

Finep: Em 2008, foi liberado, através da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, o montante de R\$ 2,3 milhões para o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Copel Geração e Transmissão S.A.



3.5 Investimentos

Em 2008, a Copel Geração e Transmissão realizou investimentos em projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, de forma isolada e em parcerias com a iniciativa privada, de modo a promover o desenvolvimento sustentável por meio da implantação de projetos que incentivem o desenvolvimento regional.

Obras e projetos foram implementados na área de Geração, destacando-se a Usina Hidrelétrica Gov. José Richa (Salto Caxias), Usina Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (GBM/Foz do Areia) e Usina Hidrelétrica Apucarantina, com investimento de R\$ 24 milhões, com vistas a garantir maior confiabilidade na operação do parque gerador da Companhia e, por extensão, ao sistema elétrico como um todo. A tabela descritiva destes projetos consta na Nota Explicativa-NE nº 1 das Demonstrações Contábeis.

Iniciou-se, nas principais hidrelétricas da Copel, programa de substituição dos sensores de coleta de dados hidrológicos nas estações telemétricas por outros de melhor qualidade, aproveitando a rede ótica da Companhia, bem como de câmeras para leitura dos níveis de água em tempo real. O objetivo é melhorar a qualidade na coleta dos dados hidrológicos e ampliar a segurança e confiabilidade na operação dos reservatórios.

Ao sistema de transmissão existente foram adicionados 358,34 MVA de transformação em subestações, 26,6 km de novas linhas de transmissão e recapacitação de 182,15 km de linhas de transmissão já existentes.

O Programa de Obras do Sistema de Transmissão da Rede Básica e da rede de 69 e 138 kV teve continuidade, estando previstas entregas de várias obras em 2009 e 2010.

A Copel Geração e Transmissão, com o intuito de expandir seu sistema de transmissão em Rede Básica, continua acompanhando os ativos de transmissão que serão licitados através de leilões da Aneel.

Abaixo demonstramos a previsão de investimentos para 2009, abrangendo as participações societárias, o imobilizado e o intangível::

Valores em R\$ milhões	Realizado 2007	Realizado 2008	Varição% 2008-2007	Previsto 2009
Participações societárias				
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	6,5	50,3	673,8	180,3
Centrais Eólicas do Paraná	2,1	-	-	-
Imobilizado e intangível				
Rede básica) ⁽¹⁾	93,9	93,1	(0,9)	107,5
Total	102,5	143,4	39,9	287,8

⁽¹⁾ O valor previsto para 2009 inclui o montante de R\$ 54,4 milhões referente a rede básica de transmissão



4. DESEMPENHO SOCIAL

4.1 Projeto e Programas Corporativos Sociais

Em 2008 a Copel Geração e Transmissão através de sua Controladora, em sua esfera de influência, se engajou no esforço global para proteger, respeitar e remediar os direitos humanos, e convidou todos os seus fornecedores, parceiros, clientes e demais partes interessadas a participar também. O ano de 2008 teve, assim, como bandeira de responsabilidade corporativa a ampla promoção dos direitos humanos universalmente aceitos e ficou marcado, na esfera social, por iniciativas e políticas correlacionadas. Dentre estas, destacamos a seguir:

4.1.1 Programa de Promoção da Diversidade

Iniciado em agosto de 2007, o Programa está subdividido em frentes de trabalho que abrangem, destacadamente, Pessoas com Deficiência – PcDs, para interação direta com o Grupo de Acessibilidade, sendo voltado à busca de soluções para adaptação das instalações físicas e da cultura da Companhia no que concerne aos portadores de todas as deficiências, raça, etnia e gênero no âmbito do quadro funcional.

4.1.2 Programa Corporativo de Segurança Alimentar

O processo de recuperação do valor nutricional dos alimentos está sendo empreendido pela Controladora, membro permanente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar - Consea, que criou o Projeto-piloto de Segurança Alimentar com Base Orgânica. O projeto não visa apenas à mudança do sistema atual alimentar dos empregados e familiares, mas reforça os compromissos com a sustentabilidade, incentivando a agricultura familiar orgânica, em prol da melhoria da qualidade de vida, e promovendo a inclusão social através da geração de empregos. Implementado no primeiro semestre de 2008 na Usina Termelétrica de Araucária, o projeto teve participação de produtores orgânicos, empregados e terceirizados, manipuladores de alimentos, familiares do entorno e de gestores que disseminarão os conceitos para o restante da Companhia.

A iniciativa tem como base a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - Losan, marco da sociedade civil, que discutiu e criou a Lei, aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal sem nenhuma ressalva.

4.1.3 Apoio a Políticas Públicas

Historicamente, a Controladora, como fomentadora do desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná, participa e apóia diversos movimentos conjuntos com órgãos do governo,



Organizações não Governamentais - ONGs e outras entidades para a ampla promoção da cidadania, sobretudo junto a comunidades mais carentes. Nesse âmbito, destacamos:

- **CONSEA/PR - Conselho de Segurança Alimentar do Paraná**

Espaço de articulação entre o Governo do Paraná, a sociedade civil organizada e o Governo Federal, o Consea/PR tem caráter consultivo, com a função de propor políticas, programas e ações que configurem o direito humano à alimentação como parte integrante do direito de cada cidadão.

Em 2003, o Governo do Paraná, em ação interinstitucional articulada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social com as demais Secretarias de Estado, incluindo a Controladora, e em parceria com a sociedade civil organizada, formulou o programa Fome Zero Paraná. Desde então, a Controladora vem participando de todos os levantamentos, diagnósticos, elaboração de projetos e análises das políticas públicas de Segurança Alimentar do Estado do Paraná e do Brasil.

No Brasil, a celebração do Dia Mundial da Alimentação em 16 de outubro foi ampliada para a Semana Mundial da Alimentação, ocasião em que entidades da sociedade civil, ministérios, governos estaduais e municipais promoveram iniciativas relacionadas ao tema “Fortalecer a Agricultura Familiar para Garantir a Segurança Alimentar”.

Em novembro de 2008, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - Losan foi analisada com destaque no seminário de extensão universitária "Investir na agricultura familiar e ecológica para garantir a segurança alimentar e nutricional sustentável". O evento foi promovido pelo Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná - UFPR e pelo Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição da Região Sul - Cecan-Sul, com apoio do Consea-PR e de diversas entidades do Estado do Paraná.

4.1.4 Incentivos Fiscais

As contribuições sob efeito da Lei Rouanet no exercício de 2008, no total de R\$ 3,4 milhões, foram efetuadas em projetos devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura, no âmbito do Governo Federal.

Dentre os projetos beneficiados, a Copel Geração e Transmissão contribuiu para a exposição “A arte japonesa: do moderno ao contemporâneo” tendo como preponente a Sociedade dos Amigos do Museu Oscar Niemeyer – MON.

Ainda dentro do espírito de voluntariado, a Companhia participou e incentivou doação ao Fundo dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA. Em 2008, a Copel Geração e Transmissão destinou o total de R\$ 0,8 milhões, utilizando incentivos fiscais. O projeto beneficiado foi o de



Apoio à Inovação e Humanização no Atendimento Hospitalar do Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba, que atende crianças e adolescentes do Estado do Paraná.

4.2 Recursos humanos

4.2.1 Política salarial e benefícios

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A Controladora e a CENPRL, comissão especialmente constituída para a participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, obtiveram avanços significativos no transcorrer das negociações, com o estabelecimento de metas empresariais, renegociadas em 2008. O Plano de Cargos e Salários, reestruturado de maneira a refletir a realidade ocupacional, serve como referência para a remuneração fixa e busca a comparação dos salários pagos pela Companhia com valores de mercado e aplicação da política salarial.

Entre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, abono de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, além de outros possibilitados pelo convênio existente entre a Companhia e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Adicionalmente, através da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, do qual a Companhia é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e amplo plano de assistência médico-hospitalar e odontológica, entre os melhores oferecidos pelo mercado.

4.2.2 Treinamento e Desenvolvimento

A Controladora possui Comitê de treinamento e desenvolvimento formado por representantes de todas as áreas da Companhia, sendo responsável por decisões estratégicas relacionadas a treinamento e desenvolvimento, como programas de pós-graduação, institucional, participações em eventos no exterior, entre outros.

Adicionalmente, a Controladora aplica consistente política em relação à formação de seus empregados, com investimentos significativos em cursos de pós-graduação e incentiva seu autodesenvolvimento, por meio de programa de auxílio-educação.



4.2.3 Liberdade de associação e negociação coletiva

A totalidade dos empregados da Copel Geração e Transmissão é representada nas relações de trabalho por meio de sindicatos independentes, os quais, em conformidade com a legislação brasileira, podem organizar-se por categoria e base territorial (município).

A direção sindical das entidades representativas dos empregados dispõe de canal formal direto com a área de recurso humanos da Controladora, que incentiva a participação dos empregados em conselhos, órgãos de classe e associações profissionais, entre outras entidades.

4.2.4 Saúde e segurança no trabalho

Fatores que têm influência na saúde e segurança no trabalho são identificados e tratados através das seguintes ações corporativas específicas:

- Programa de Prevenção ao Risco Ambiental - PPRA;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- Campanha Permanente de Segurança e Saúde “Dê Preferência à Vida”;
- Programa de Ginástica Laboral e de Condicionamento Físico;
- Programa de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho - GSST;
- Aplicativo sistematizado de caça ao risco, disponível na Intranet, para registro e controle de solução decorrente de quase-acidente e de situações de riscos de acidentes em instalações internas e externas da Companhia;
- Portal de Segurança e Saúde do Trabalho, disponível na Intranet a todos os empregados próprios e contratados, para recebimento de notícias, arquivos e informações sobre saúde e segurança no trabalho;

Adicionalmente, há gestão das atividades dos profissionais de Segurança do Trabalho, por meio de termo de compromisso celebrado com especificação do atendimento as suas áreas pertinentes.



5. DESEMPENHO AMBIENTAL

5.1 Gestão ambiental

A gestão ambiental corporativa da Controladora está estruturada para dar respostas aos desafios de levar a Copel Geração e Transmissão ao cumprimento dos referenciais estratégicos definidos na sua missão e visão, bem como para reafirmar perante suas partes interessadas os compromissos assumidos.

Nesse contexto ações relacionadas ao meio ambiente são tratadas de maneira corporativa pela Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial, recém criada, que realiza ações pontuais, através de grupos de trabalhos matriciais, distribuídos nas esferas:

- Institucional: para integrar processos de forma sistêmica e realizar representação institucional;
- Legal: para direcionar processos internos proativamente, com vistas ao cumprimento da legislação ambiental;
- de Sustentabilidade: para alinhar o tripé de sustentabilidade da Companhia, relativamente às áreas ambiental, social e econômica, a seu referencial estratégico; e
- de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), Ciência & Tecnologia e Inovação (C&T): para direcionar processos internos da Companhia à sustentabilidade, com vistas à busca de novas fontes de energias renováveis para diversificação da matriz energética e de tecnologias mitigadoras de impactos socioambientais.

5.1.1 Controle de impactos ambientais

Controle de espécies invasoras

Espécies botânicas exóticas que têm grande poder de invasão e alteram o ambiente natural das áreas nas quais se alastram devem ser suprimidas, contribuindo para a recuperação ambiental.

Em 2008, foi dada continuidade às ações de detecção e combate ao molusco denominado “mexilhão dourado”, espécie invasora já encontrada em várias usinas do setor elétrico brasileiro, por meio de campanhas específicas e pesquisa de métodos de controle em conjunto com o Lactec. Estudos foram realizados visando alternativas para a destinação dos resíduos do molusco, os quais foram recolhidos e armazenados em tambores, tendo amostras sido coletadas, após secagem, para análise e classificação segundo normas específicas de resíduos sólidos da ABNT (NBR 10.004/2004). Com consideração dos resultados das análises, medidas serão tomadas para: adequação dos resíduos como composto passível de ser incorporado ao solo; uso como substrato



à produção de mudas nos viveiros florestais de responsabilidade da Companhia; e estabelecimento de protocolo para sua coleta e armazenamento.

O método de controle de infestação de mexilhões dourados na Usina Hidrelétrica Governador José Richa dá-se de forma eletrônica, por meio de software específico, que promove a injeção, por equipamento dosador, de hidróxido de sódio na água do sistema de resfriamento das tubulações, para elevar seu pH, o que impede a fixação de novas larvas de mexilhão e elimina aquelas já fixadas. Periodicamente, são efetuadas limpezas para retirada das placas formadas pelas colônias de mexilhão que são eliminadas por aquela substância e se fixam nos filtros ou em passagens menores da tubulação.

Programa de reassentamento em usinas

Em 2008, foi dada continuidade à execução de levantamentos topográficos georeferenciados e de uso de ocupação do solo de lotes rurais em municípios do Paraná, com vistas à regularização técnica e documental no âmbito do programa de reassentamento da Usina Hidrelétrica Governador José Richa, previsto para conclusão em 2012.

Neste ano, ainda, no tocante à Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga, a Companhia entregou títulos de propriedade de terra a 77 famílias que vivem no reassentamento Segredo IV, no município de Mangueirinha, região Centro-Sul do Paraná, que abrigou parte da população impactada pela construção da Usina. Nessa área, foi oferecida toda infraestrutura, composta de casas, galpões e edificações comunitárias como igrejas, escola, centro comunitário, posto de saúde, entre outros, para atendimento à comunidade.

Monitoramento de reservatórios de usinas

A Companhia realiza o monitoramento da qualidade da água e da ictiofauna dos 18 reservatórios de suas usinas hidrelétricas, em atendimento às condicionantes das licenças de operação de seus empreendimentos. Concomitantemente a essa ação, são desenvolvidos trabalhos de pesquisa com objetivos científicos, de conservação e preservação dos habitats relacionados.

Controle e monitoramento de riscos e passivos ambientais

Com base no processo de avaliação dos riscos e passivos ambientais da Companhia realizado em 2007, planos de ações plurianuais para remediação de lacunas identificadas foram estabelecidos e executados ao longo de 2008, buscando minimizar os riscos socioambientais da Companhia. Para execução destas ações, foram aplicados recursos em projetos diversos voltados a eliminação de ascaréis de usinas e avaliação de cargas de nutriente - proliferação de algas, no âmbito da geração, totalizando R\$ 1,7 milhões. Anualmente, esta avaliação é revista e atualizada e serve como direcionador das ações a serem conduzidas no ano subsequente.

Visando à preservação da vegetação nativa em face da construção de novas linhas de



transmissão, a Companhia promove o alteamento de estruturas em vários trechos. Os critérios para minimização de impactos como o corte mínimo de árvores na faixa de servidão e o alteamento das estruturas preservou, nos últimos três anos, cerca de 140 ha de vegetação.

Controles do megaprocesso ambiental

Os processos de maior impacto ambiental são controlados no âmbito da SOX, por auditores internos e auditados por auditores independentes, por meio da identificação de controles internos, classificados como deficientes, ineficazes ou inexistentes, e do estabelecimento, pelas áreas, de planos de ação para torná-los eficazes, resultando em melhoria de gestão e maior confiabilidade destes controles internos.

5.2 Biodiversidade

A Controladora, com a finalidade de contribuir ativamente para a conservação da biodiversidade do Paraná, instituiu em 2008, o Programa de Gestão da Biodiversidade, que tem como estratégias: **a)** utilizar o potencial das áreas naturais bem conservadas pertencentes à Companhia que não sejam áreas de preservação permanente ou reserva legal, prevendo sua transformação em unidades de conservação, notadamente em reserva particular do patrimônio natural; **b)** estimular a recuperação ambiental das áreas naturais pertencentes à Companhia, representativas das várias regiões fitogeográficas do Estado, localizadas em espaços administrativos e operacionais; bem como a conservação da biodiversidade das bacias hidrográficas formadoras dos reservatórios da Companhia; **c)** implementar ações para contribuir para a formação dos corredores de biodiversidade do Paraná; **d)** incentivar as áreas de construção e manutenção da Companhia a adotar métodos de minimização de impactos sobre a biodiversidade em seus projetos; e **e)** promover a sinergia com os programas corporativos já existentes.

5.2.1 Tributo às Águas

A Companhia vem participando ativamente do Programa de Gestão Ambiental Integrada por microbacias - PGAIM, de iniciativa do Estado do Paraná, para promover a melhoria da qualidade e a disponibilidade das águas no Estado, por meio do aperfeiçoamento do uso, manejo e conservação adequada do solo, da água e das florestas. Trata-se de esforço colaborativo entre a Controladora, Sanepar e as Secretarias do Estado para criar sinergia das ações realizadas por cada organização, em seu âmbito específico de atuação, relativamente às microbacias hidrográficas. Por intermédio do Programa Tributo às Águas, a Companhia participa do PGAIM, tendo como balisamento a garantia de uso múltiplo dos reservatórios de geração de energia. Suas contribuições incluem a disponibilização de sistema de informações geográficas com base de dados única e o alinhamento dos projetos internos à proposta do PGAI. Entre estes projetos, 43



destacamos: Educação para a Sustentabilidade, Florestas Ciliares, Recuperação de Áreas Degradadas, Repovoamento de Peixes e Monitoramento da Qualidade da Água e da Ictiofauna.

5.3 Ações compensatórias por uso de recursos naturais

5.3.1 Recuperação da biodiversidade em áreas degradadas

Inúmeras espécies de árvores que povoavam as florestas do Paraná estão em fase de extinção, causada pela exploração indiscriminada de madeiras, por expansão da agricultura, falta de consciência ecológica generalizada, entre outras. Como forma de minimizar esse impacto e contribuir para a preservação da floresta, os Hortos Florestais da Companhia produziram, dentre outras, 320.000 mudas de espécies nativas do Paraná como peroba-rosa, cabriúva, imbuia e farinha seca, de grande importância ecológica, econômica, estética, científica e genética.

5.3.2 Repovoamento de rios do Paraná

A Copel Geração e Transmissão produz alevinos de espécies nativas na Estação Experimental de Estudos Ictiológicos, mantida na UHE Governador Ney Aminthas de Barros Braga, com o intuito de suprir o programa de peixamento dos rios do Paraná. Em 2008, a Companhia lançou 810 mil espécimes nos principais reservatórios de suas usinas hidrelétricas e nos tributários da bacia do Iguaçu, no âmbito de convênio celebrado com o Ibama e a Sadia, e em parceria com as prefeituras municipais da região do entorno.

A implementação da rede de canais a jusante da barragem da UHE Governador José Richa realizada em 2007, interligando fossas e locais existentes no leito do rio Iguaçu, possibilitou, a princípio, efetiva circulação de peixes, minimizando os impactos com a fauna aquática local.

5.3.3 Políticas de relacionamento com órgãos ambientais e de fiscalização

Há convênio com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP que mantém a produção de mudas utilizadas na recomposição das florestas ciliares, previstas nos planos diretores dos reservatórios das hidrelétricas, contribuindo na ampliação da força de trabalho dos viveiros do Instituto.

5.4 Preservação de áreas de patrimônio da União

A Controladora considera como áreas sensíveis àquelas que devem ser prioritárias nos processos de conservação ambiental, bem como as demais onde se deve estabelecer restrição na utilização,



podendo ser consideradas: áreas de preservação permanente, definidas pelo Código Florestal Brasileiro, através da Lei nº 4.771/65, e alterações subsequentes (Lei nº 7.803/89, Medida Provisória 2166-67/2000, Resoluções Conama nºs 302 e 303/2002); e unidades de conservação, que englobam tanto unidades de proteção integral, estações ecológicas, reservas biológicas, parques nacionais, monumentos naturais e refúgios da vida silvestre, quanto as de uso sustentável, aqui incluídas Áreas de Proteção Ambiental - APAs, dentre outras, definidas pela Lei nº 9.985/2000.

O quadro a seguir apresenta dados de empreendimentos e propriedades da Companhia localizados em ou próximos a áreas sensíveis:

Empreendimentos localizados em ou próximos a áreas sensíveis				
Empreendimento	Área (ha)	Município	Áreas sensíveis	Grau de importância ambiental
UHE São Jorge	22,40 66,32	Ponta Grossa Carambeí	Parque Nacional dos Campos Gerais e APA da Escarpa Devoniana	alta
UHE Marumbi	225,98	Morretes	Parque Estadual Pico Marumbi	muito alta
UHE Gov. Parigot de Souza	865,18	Antonina	Parque Estadual do Pico do Paraná	muito alta
UHE Chaminé	1.613,24 1.900,10	São José dos Pinhais Tijucas do Sul	APA de Guaratuba	muito alta
UHE Guaricana	541,54 270,50	São José dos Pinhais Morretes	APA de Guaratuba	muito alta
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto	114,56 247,55	União da Vitória - PR Porto União - SC	áreas úmidas	muito alta

Propriedades da Companhia localizadas em ou próximos a áreas sensíveis				
Denominação do imóvel	Área (ha)	Município	Áreas sensíveis	Grau de importância ambiental
Castelhanos	1.210,00	São José dos Pinhais	APA de Guaratuba	muito alta
Cubatão Grande	1.210,00	Guaratuba	APA de Guaratuba	muito alta
Cubatão Grande (Servidão)	2.724,77	Guaratuba	APA de Guaratuba	muito alta
Ribeirão do Salto	1.836,78	Guaratuba	APA de Guaratuba	muito alta
Salto Cubatão Grande	166,25	Guaratuba	APA de Guaratuba	muito alta
Canavieiras	1.580,80	Guaratuba	APA de Guaratuba	muito alta

Como forma de respeitar a diversidade de ambientes e ecossistemas do Paraná, a Companhia mantém e preserva áreas de relevante qualidade ambiental, principalmente na serra do mar e em áreas úmidas. Além disso, em cumprimento a determinação do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, a Companhia compensa impactos causados quando da construção de grandes empreendimentos de geração através da criação de unidades de conservação, como mostra o quadro a seguir, que apresenta também as áreas de propriedade da Companhia localizadas em unidades de conservação, com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC:



Unidades de conservação criadas pela Companhia (1)			
Denominação do imóvel	Área (ha)	Município	Áreas sensíveis
UHE Mourão	560,40	Campo Mourão	Parque Estadual do Lago Azul
	1.266,96	Campo Mourão, Luiziana	
UHE Gov. Ney Braga	1.231,06	Pinhão	Estação Ecológica do Rio dos Touros
UHE Derivação do Jordão	423,12	Condoí e Reserva do Iguaçu	Estação Ecológica Tia Chica
UHE Gov. José Richa	107,27	Capitão Leônidas Marques	Parque Estadual Rio Guarani

(1) Unidades de conservação criadas pela Companhia em decorrência de seus empreendimentos e repassadas ao IAP para administração

Propriedades da Companhia localizadas em unidades de conservação		
Unidade de uso sustentável	Municípios	Área (em ha)
APA Estadual de Guaratuba	São José dos Pinhais e Tijucas do Sul	3.513,34
	São José dos Pinhais e Guaratuba	6.073,93
	Guaratuba, Morretes e São José dos Pinhais	812,14
APA Estadual da Escarpa Devoniana	Ponta Grossa e Carambeí	88,72
	Castro	40,10
Total		10.528,23
Unidade de proteção integral	Municípios	Área (em ha)
Parque Estadual Pico do Marumbi	Morretes	225,98
Parque Estadual Pico do Paraná	Antonina	865,18
Parque Estadual do Lago Azul	Campo Mourão e Luiziana	1.827,36
Estação Ecológica Tia Chica	Candói e Reserva do Iguaçu	423,12
Estação Ecológica Rio dos Touros	Pinhão	1.231,06
Parque Estadual Rio Guarani	Três Barras do Paraná	2.235,00
Total		6.807,70
Total geral		17.335,93

5.5 Educação Ambiental

A Copel Geração e Transmissão promove a Educação Ambiental por meio do Programa Corporativo de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, voltado para o público interno, e por meio de ações abrangentes que envolvem as demais partes interessadas.

Educação ambiental perante a comunidade é realizada, através:

- 1) do Programa de Educação Socioambiental, estruturado através de rede de agentes socioambientais, da prática de diálogos e de programação de eventos com foco em comportamentos responsáveis e na cultura empresarial voltada para a sustentabilidade. Nesse âmbito, a Companhia promove envolvimento das comunidades na gestão e na proteção das bacias hidrográficas onde a Companhia atua, com vistas a melhorar a situação ambiental da unidade hidrográfica e, conseqüentemente, prevenir a eutrofização de seus reservatórios.
- 2) Museu Regional do Iguaçu, o qual conta com um dos mais expressivos acervos regionais do Paraná destacando o homem, a fauna e a flora da região do Médio Iguaçu, tendo recebido, em 2008, 15.189 visitantes.



- 3) Centro de Educação Ambiental Horto Faxinal do Céu, que, promoveu, em 2008, atividades de educação ambiental a 11.946 visitantes, envolvendo: **a)** monitoria educativa em trilha ecológica; **b)** plantio de árvores no percurso da trilha; **c)** plenária com alunos sobre assuntos ambientais; **d)** narração de histórias; **e)** teatro de fantoches e painel interativo sobre meio ambiente. Tais atividades foram destaques no XI EPEA - Encontro Paranaense de Educação Ambiental sob o tema: “Análise da percepção de degradação ambiental com alunos de 4ª a 8ª série em visita ao centro de visitação do Horto Florestal de Faxinal do Céu, Pinhão - PR”, realizado em outubro/2008, em Londrina - PR.
- 4) da Agenda Unificada, por meio de parceria com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - Sema, Instituto Ambiental do Paraná - IAP e demais órgãos estaduais. A Agenda Unificada proporciona maior sinergia nos esforços dos participantes e maior visibilidade dos programas ambientais da Companhia, realinhados continuamente com o Governo do Estado. São promovidas atividades junto a comunidade em datas comemorativas, com participação de profissionais da Companhia que orientam plantios, com distribuição de mudas nativas, recomposição de mata ciliar, limpeza de lagos, repovoamento de peixes, proferem palestras e distribuem material de educação ambiental, mobilizando a força de trabalho e a comunidade.
- 5) do Programa de Educação Ambiental Pingo d'Água, em parceira com o consórcio para Proteção Ambiental do Rio Tibagi e com apoio dos 36 municípios consorciados. Em 2008, o Programa abrangeu 35.742 alunos e 2.514 educadores, o qual tem por objetivo o desenvolvimento da percepção e de atitudes ambientais positivas; capacitação de educadores de escolas municipais para tratar questões ambientais com alunos e a comunidade, incentivando-os a promover trabalhos de campo ligados à utilização racional da água e à disposição correta de resíduos. No âmbito do Programa, foram realizadas peças teatrais, passeatas, jornais e panfletos, abrangendo temas ambientais como reflorestamento, bem como exposições e outras atividades para formação e transformação de comunidades acerca da preservação do meio ambiente.

Também para sua força de trabalho contratada, a Controladora promove o Programa de Sensibilização Ambiental, que visa estimular mudanças comportamentais nos trabalhadores envolvidos na construção e reforma dos empreendimentos da geração e transmissão, ampliando sua consciência e responsabilidade ambiental, além de provocar reflexões quanto aos impactos ambientais gerados pelas obras dos empreendimentos e formas de minimizá-los.

5.6 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico (P&D)

Em cumprimento à Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, a Copel Geração e Transmissão investiu em 2008 em projetos voltados à aquisição de novas tecnologias e ao aporte de conhecimento técnico para



desenvolvimento de novos programas. Neste âmbito, cabe destacar estudos voltados a:

- qualidade da água e à evolução do uso do solo da bacia hidrográfica do rio Tibagi, para possibilitar, a partir de banco de dados geográficos e da avaliação do uso e ocupação do solo, a determinação de relações entre a qualidade da água e sua ocupação. Além de fundamentar as decisões gerenciais e a implementação de planos de manejo ambientais, o projeto fornecerá modelo de aplicação para as demais bacias hidrográficas;
- avaliação qualitativa e quantitativa do fitoplâncton em reservatórios com ocorrências de floração; de macrófitas de Mourão; de cargas, nutrientes e de matéria orgânica afluentes ao reservatório de Foz do Areia e da qualidade de sua água e dos tributários da região; e de espécies invasoras na bacia do Rio Iguaçu;
- controle e monitoramento de espécies aquáticas invasoras na bacia do Rio Iguaçu;
- análise e classificação de resíduos do mexilhão dourado na Usina Hidrelétrica Governador José Richa (Salto Caxias); e
- análise estatística de variáveis de qualidade da água de reservatórios.

5.7 Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL

A Copel Geração e Transmissão, em alinhamento com os requisitos do MDL, analisa projetos a serem implantados e/ou mantidos visando contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade onde estão inseridos. O diagnóstico apontou oportunidades de obtenção de créditos de carbono em projetos de geração e transmissão de energia, cujos estudos se encontram em desenvolvimento. Um dos projetos que se apresentam como oportunidade de MDL é o Programa Florestas Ciliares, o qual foi implementado em 2005.

5.7.1 Florestas ciliares: promovendo o Protocolo de Kyoto

Com a implementação do Programa Florestas Ciliares em 2005, a Companhia tem realizado plantio florestal com vistas à recomposição das áreas de preservação permanente do entorno de seus reservatórios. Segundo cálculo da Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná - FUPF, realizado em 2005, aproximadamente 262.130 toneladas de CO₂ serão retiradas da atmosfera após a recomposição de 580 hectares de florestas ciliares. Considerando tal cálculo, desde o início do Programa já recuperamos 204 hectares e retiramos da atmosfera 92.197 toneladas de CO₂, com recuperação de 35 hectares mediante plantio de 160.000 mil mudas de espécies nativas e adequadas a cada bioma. Para dar ciência à comunidade das ações desenvolvidas, centenas de placas são fixadas nas áreas objetos do Programa com dados da extensão da área de preservação ambiental.



5.8 Emissões, efluentes e resíduos

5.8.1 Emissões

Iniciativas para reduzir emissões de gases do efeito estufa

Desde sua implementação em 2007, o Programa de Gestão Corporativa de Gases de Efeito Estufa teve como resultados principais: **a)** alinhamento de conceitos e de projetos potenciais de MDL relativos às usinas hidrelétricas e florestas ciliares; **b)** diagnóstico detalhado da situação da frota da Companhia a partir de informações disponíveis; **c)** participação em eventos e representação em diversos grupos de trabalho; **d)** disseminação em empresas e centros de pesquisa interessados no tema.

Em 2008, houve intensa discussão sobre o inventário de emissões de gases do efeito estufa, com vistas à definição de metodologia mais adequada à condução das atividades pertinentes ao Programa. A Controladora decidiu, de forma compartilhada com grupo de empresas nacionais, adaptar a ferramenta do Programa Brasileiro “GHG Protocol” (*Greenhouse Gás Protocol - GHG Protocol*), lançada em maio de 2008 no Brasil, para incrementar a capacidade técnica e institucional de empresas no gerenciamento de suas emissões de gases de efeito estufa, como metodologia que fundamentará as ações na Companhia.

A frota de veículos destinada às atividades operacionais e ao transporte de pessoas a serviço da Companhia é adquirida com prioridade para os modelos que utilizam álcool como combustível. Quando necessária a aquisição de modelo a diesel, procura-se verificar atendimento às exigências legais quanto à emissão de poluentes, sendo os empregados condutores de veículos na Companhia treinados quanto à importância de manutenções operativas, preventivas e corretivas, principalmente no que tange ao catalisador e ao sistema de escapamento, para controle da emissão de poluentes.

Apresentamos, a seguir, dados de emissões de CO₂ pela frota própria da Copel Geração e Transmissão no período de 2006 a 2008:

Gerenciamento de emissões de CO ₂						
Emissões de CO ₂ pela frota própria ⁽¹⁾						
Combustível	2008		2007		2006	
	Quantidade	Emissão CO ₂ (t)	Quantidade	Emissão CO ₂ (t)	Quantidade	Emissão CO ₂ (t)
Gasolina (L)	300.191	651	443.299	962	399.541	867
Álcool (L)	214.841	297	142.121	196	278.894	385
Gás Natural (m ³)	0	0	0	0	0	0
Diesel (L)	336.313	881	418.857	1.097	398.428	1.044
Total	851.345	1.829	1.004.277	2.255	1.076.863	2.296
Emissões de CO ₂ pela termelétrica ⁽²⁾						
UTE Figueira ⁽³⁾		81.000		162.063		170.707

⁽¹⁾ Obs. O cálculo de emissão de CO₂ foi realizado considerando: gasolina (BR c/22% de etanol) = 2,17KgCO₂/litro; álcool = 1,38 KgCO₂/litro; gás natural = 1,96 KgCO₂/m³; e diesel = 2,62 Kg CO₂/litro.



⁽²⁾ Informações repassadas semestralmente ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

⁽³⁾ Cálculo considerando teor de carbono no carvão de 63,76% (carvão com 17% de cinzas).

5.8.2 Efluentes

Regido pelos preceitos do Plano de Gerenciamento Ambiental da UTE Figueira, realiza-se trimestralmente o monitoramento dos processos ambientais da referida unidade de produção, entre eles a qualidade do corpo hídrico. A água do Rio Laranjinha, o sistema de drenagem de águas pluviais e os tanques de decantação de sólidos são pontos de monitoramento operacional, para identificação de situações de não-conformidade ambiental e apontamento de melhoria dos aspectos ambientais oriundos da produção de energia da unidade, dando origem a planos de ação. Em 2008, não foram observadas não-conformidades, apenas pequenos pontos de ajustes e melhoria.

5.8.3 Resíduos

Na Controladora, o encaminhamento dado aos resíduos perigosos, classe I, visa evitar possíveis impactos socioambientais negativos.

A prática adotada para reduzir a geração de resíduos é o uso de panos industriais que, após passar por processo de lavagem em plantas específicas do fornecedor do material, estão apropriados para reutilização.

Demais resíduos perigosos são encaminhados para destinação final por empresas devidamente habilitadas e licenciadas. Este cuidado envolve os mais diversos materiais, como os selos de medidores, retirados das unidades consumidoras, que são separados em policarbonato, polipropileno e chumbo, para facilitar a destinação final das sucatas.

Resíduos não perigosos, classes IIA e IIB, são reutilizados internamente ou alienados em licitação pública considerando sua destinação para reciclagem e reaproveitamento.

A tabela a seguir apresenta dados quanto ao encaminhamento socioambiental adequado de resíduos gerados na Companhia no período de 2006 a 2008:



Resíduos tratados e destinados					
Resíduo	Unidade	Quantidade			Método de tratamento/ disposição final
		2008	2007	2006	
Resíduos Classe I					
Ascarel (1)	T	-	46,38	28,86	descontaminação e reciclagem de carcaças metálicas impermeáveis de equipamentos. Incineração do óleo e de sólidos permeáveis contaminados.
Panos contaminados com óleos e solventes	Un	50.880	ND	ND	reaproveitamento após lavagem industrial
Resíduos contaminados com óleos e solventes	T	30,51	-	55,07	co-processamento em fornos de indústrias de cimento

⁽¹⁾ Resíduos enquadrados nos termos da Convenção de Basiléia: encaminhamento realizado por empresa contratada (licitação) para transporte e destinação final dentro do país.

Obs: É adotado como evidência comprobatória, o documento fiscal de saída do resíduo (RMS, manifesto ou nota fiscal) emitido por ocasião do encaminhamento de cada resíduo.

No que concerne a outros resíduos, registra-se que o papel inservível gerado na Controladora, como folhas de papel, papelão e caixas em geral, é encaminhado para reciclagem, fazendo com que esta ação resulte em ganhos sociais e ambientais. A relação papel consumido versus papel enviado para reciclagem aumenta anualmente, o que demonstra maior conscientização dos empregados da Companhia.

5.9 Licenciamentos ambientais - Empreendimentos de geração e transmissão de energia

Em atendimento à Política Nacional de Meio Ambiente, a Companhia obteve a primeira licença de operação da UHE Gov. Bento Munhoz, a renovação das Licenças de Operação - LOs das UHEs Gov. José Richa, Gov. Ney Braga e Derivação do Jordão e solicitou a renovação das LOs das UHEs de Gov. Parigot de Souza, Mourão, Salto do Vau, São Jorge e Melissa. A Companhia obteve dezessete licenças para empreendimentos de transmissão nas diversas fases do projeto: planejamento (LP), construção (LI) e operação (LO), o que confirma a efetividade de ações implementadas e o compromisso da Companhia com o controle ambiental nos meios físico, biológico e antrópico das áreas direta e indiretamente afetadas por seus empreendimentos.

5.10 Gestão de multas, termos de compromisso e notificações ambientais

A Companhia acompanha permanentemente todas as multas, termos de compromissos e notificações ambientais recebidos, por meio de sistema de gestão que possibilita, além do cumprimento das obrigações legais, redução dos valores de multas administrativas impostas, bem como minimização de riscos de enquadramentos criminais de empregados e gestores.

Apresentamos, a seguir, tabela descritiva de multas e notificações ambientais recebidas pela Copel Geração e Transmissão em 2008:



COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Nº	Tipo	Data	Local	Original (R\$ mil)	Pago	Descrição
1	multa	outubro/2008	Campo Mourão	70	em recurso	Auto de Infração nº 76105, emitido pelo IAP, motivado pelo impacto ambiental causado pelo deplecionamento do reservatório da UHE MOU
2	multa	dezembro/2008	Campo Mourão	70	em recurso	Auto de Infração nº 87602, emitido pelo IAP, motivado pelo impacto ambiental causado pelo deplecionamento do reservatório da UHE MOU
3	multa	novembro/2008	Curitiba	10	em recurso	Auto de infração 62019, emitido pelo IAP por lançamento de óleo mineral no reservatório da UHE GNB (vazamento no transformador da UHE GBM)



6. BALANÇO SOCIAL

		2008			2007					
1 - BASE DE CÁLCULO										
NE 25 e	26	Receita Líquida - RL	1.544.088		1.281.436					
		Resultado (ou Lucro) Operacional - RO	834.197		732.659					
(1)		Folha de Pagamento Bruta - FPB	147.465		93.048					
		Valor Adicionado Total - VAT	1.403.097		1.157.166					
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS										
			% Sobre:			% Sobre:				
			FPB	RL	VAT	FPB	RL	VAT		
		Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	10.428	7,1	0,7	0,7	6.473	7,0	0,5	0,6
NE 27-c		Encargos sociais compulsórios	36.534	24,9	2,4	2,7	22.741	24,3	1,9	1,9
NE 19		Plano previdenciário	(836)	(0,6)	(0,1)	(0,1)	(9.893)	(10,6)	(0,8)	(0,9)
NE 19		Saúde (Plano assistencial)	3.107	2,1	0,2	0,2	(6.358)	(6,8)	(0,5)	(0,5)
		Segurança e medicina no trabalho	762	0,5	-	0,1	248	0,3	-	-
		Educação	457	0,3	-	-	285	0,3	-	-
		Cultura	552	0,4	-	-	297	0,3	-	-
		Capacitação e desenvolvimento profissional	2.372	1,6	0,2	0,2	1.123	1,2	0,1	0,1
		Auxílio creche	62	-	-	-	50	0,1	-	-
NE 27-c		Participação nos lucros e/ou resultados	16.289	11,0	1,1	1,2	13.431	14,4	1,0	1,2
(2)		Outros benefícios	59	-	-	-	2.051	2,2	0,2	0,2
		Total	69.786	47,3	4,5	5,0	30.448	32,7	2,4	2,6

NE - Nota Explicativa

		2008			2007					
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS										
			% Sobre:			% Sobre:				
			RO	RL	VAT	RO	RL	VAT		
		Educação	0	-	-	-	124	-	-	-
		Escolas nas Usinas	0	-	-	-	124	-	-	-
		Cultura (Lei Rouanet e Audiovisual)	3.400	0,4	0,2	0,2	2.316	0,3	0,2	0,2
		Saúde e saneamento	1.337	0,2	0,1	0,1	661	0,1	0,1	0,1
		Programa Reassentamento de famílias	1.337	0,2	0,1	0,1	661	0,1	0,1	0,1
		Combate à fome e segurança alimentar	160	-	-	-	0	-	-	-
		Outros	3.264	0,4	0,2	0,3	2.956	0,4	0,3	0,3
		Fundo dos direitos da criança e do adolescente	760	0,1	-	0,1	696	0,1	0,1	0,1
		Indenização comunidade indígena Apucarantina	2.482	0,3	0,2	0,2	2.240	0,3	0,2	0,2
		Outros programas	22	-	-	-	20	-	-	-
		Total das contribuições para a sociedade	8.161	1,0	0,5	0,6	6.057	0,8	0,6	0,6
		Tributos (excluídos encargos sociais)	540.812	64,8	35,0	38,5	473.306	64,6	36,9	40,9
		Total	548.973	65,8	35,5	39,1	479.363	65,4	37,5	41,5

4 - INDICADORES AMBIENTAIS										
			% Sobre:			% Sobre:				
			RO	RL	VAT	RO	RL	VAT		
		Investimentos relacionados com as operações da empresa	16.279	2,0	1,1	1,2	21.787	3,0	1,7	1,9
		Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	12.431	1,6	0,9	0,9	17.291	2,4	1,4	1,6
		Gestão de resíduos	254	-	-	-	510	0,1	-	-
		Programas de proteção de Fauna e Flora	3.594	0,4	0,2	0,3	3.986	0,5	0,3	0,3
		Investimentos em programas e/ou projetos externos	237	-	-	-	55	-	-	-
		Educação Ambiental e Museu Reg. Iguazu	67	-	-	-	55	-	-	-
		Outros programas	170	-	-	-	0	-	-	-
		Total	16.516	2,0	1,1	1,2	21.842	3,0	1,7	1,9

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

() não possui metas
 () cumpre de 0 a 50%
 () cumpre de 51 a 75%
 (X) cumpre de 76 a 100%

() não possui metas
 () cumpre de 0 a 50%
 () cumpre de 51 a 75%
 (X) cumpre de 76 a 100%

NE - Nota Explicativa



				2008	2007				
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL									
Empregados no final do período				1.554			1.510		
Escolaridade dos empregados(as):				Total Homens Mulheres			Total Homens Mulheres		
Total Superior e extensão universitária				763	562	201	718	532	186
Total 2º Grau				743	647	96	741	653	88
Total 1º Grau				48	43	5	51	48	3
Faixa etária dos empregados(as):									
Abaixo de 30 anos				297			264		
De 30 até 45 anos (exclusive)				588			624		
Acima de 45 anos				669			622		
Admissões durante o período				100			109		
Mulheres que trabalham na empresa				302			277		
% Mulheres em cargos gerenciais:									
em relação ao nº total de mulheres				5,6			5,1		
em relação ao nº total de gerentes				13,8			13,3		
Negros(as) que trabalham na empresa				110			110		
% Negros(as) em cargos gerenciais:									
em relação ao nº total de negros(as)				1,8			0,9		
em relação ao nº total de gerentes				1,6			1,0		
Portadores(as) de necessidades especiais				14			12		
Dependentes				3.758			3.606		
Estagiários(as)				42			55		
Terceirizados				769			590		

		2008	Metas	2009
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		27		27
Número total de Acidentes de Trabalho		60	<	69
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		direção e gerências		direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		todos(as) + Cipa		todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		incentiva e segue a OIT		incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:		todos(as) empregados(as)		todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		todos(as) empregados(as)		todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		são sugeridos		serão exigidos
Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		organiza e incentiva		organizará e incentivará



	2008	Metas	2009
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):			
na empresa	NA		NA
no Procon	NA		NA
na Justiça	NA		NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:			
na empresa	NA		NA
no Procon	NA		NA
na Justiça	NA		NA
NA - não se aplica			
	2008		2007
Distribuição do Valor Adicionado (DVA) :			
Financiadores	5,6%		4,0%
Pessoal	9,4%		6,7%
Governo	40,6%		42,4%
Acionistas	42,2%		44,6%
Retido	2,2%		2,3%

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

(1) Valor não contempla honorários de administradores.

(2) O item Outros benefícios é composto por: Indenizações trabalhistas, Auxílio doença complementar, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez e morte acidental.

- As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.
- A Copel Geração e Transmissão é uma subsidiária integral da Copel, companhia pertencente ao Setor Energético, atuante no Estado do Paraná com CNPJ nº 76.483.817/0001-20.
- Em 30/11/08, conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 1.683, de 25/11/08, a Copel Participações foi cindida e incorporada pela Copel Geração e Transmissão e pela Copel Holding, visando a racionalização de recursos e melhorias nas operacionais, principal motivo pelo qual os dados de empregados apresentados neste ano estão maiores que em 2007.
- Em 30/11/07, conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 1.120, de 27/11/07, a Copel Transmissão foi cindida e incorporada pela Copel Geração e Transmissão e pela Copel Distribuição. Nesse exercício, somente as despesas de dezembro da Copel Transmissão foram apropriadas. Por isso, em 2008, houve aumento significativo nas despesas da Copel Geração e Transmissão e na Copel Distribuição, já que a apropriação ocorreu em todos os meses.
- A Copel não utiliza mão-de-obra infantil (exceção para o programa de inserção do menor aprendiz, Lei 10.097/00) ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
- Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
- Para maiores esclarecimentos sobre as informações declaradas:
Superintendência Contábil - Enio Cesar Pieczarka - tel 41-3331-2160 e-mail: enio@copel.com



7. AGRADECIMENTOS

7.1 Mensagem de Agradecimento

Ao reconhecermos que o bom desempenho obtido pela Copel Geração e Transmissão neste ano provém do constante apoio recebido das partes interessadas com os quais nos relacionamos, expressamos nossos agradecimentos à Controladora, aos nossos clientes e fornecedores, aos membros do Conselho Fiscal, ao Governo do Estado e demais poderes públicos e à comunidade pela confiança depositada em nossa Companhia.

Agradecemos especialmente aos nossos empregados que por seu empenho e dedicação têm transformado a Copel Geração e Transmissão numa empresa que é motivo de orgulho para o Estado do Paraná.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	2008	2007
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	920.861	873.192
Consumidores e revendedores	7	222.050	201.268
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(1.087)	(1.087)
Serviços em curso	-	10.541	7.448
Impostos e contribuições sociais	9	7.530	13.946
Cauções e depósitos vinculados	10	79.079	60.447
Estoques	-	10.423	4.539
Outros créditos	11	11.858	17.303
		1.261.255	1.177.056
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Consumidores e revendedores	7	321	17.996
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(246)	(11.469)
Impostos e contribuições sociais	9	89.433	79.761
Depósitos judiciais	12	21.830	27.368
Outros créditos	11	1.881	949
		113.219	114.605
Investimentos	13	469.163	10.901
Imobilizado	14	3.473.522	3.501.404
Intangível	15	63.220	10.615
		4.119.124	3.637.525
TOTAL DO ATIVO		5.380.379	4.814.581

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.



Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	NE nº	2008	2007
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	16	61.373	57.964
Fornecedores	17	68.791	42.795
Impostos e contribuições sociais	9	128.827	132.193
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	562.618	504.687
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	18	39.664	36.217
Benefícios pós-emprego	19	5.908	8.748
Outros passivos regulatórios	20	11.680	24.711
Encargos do consumidor a recolher	-	3.548	3.970
Pesquisa e desenvolvimento	21	28.352	31.320
Outras contas a pagar	22	32.129	17.856
		942.890	860.461
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	16	246.927	280.377
Provisões para contingências	23	183.421	155.131
Fornecedores	17	237.807	211.633
Benefícios pós-emprego	19	130.054	144.084
Outros passivos regulatórios	20	-	11.680
Impostos e contribuições sociais	9	-	53
Pesquisa e desenvolvimento	21	5.324	-
Outras contas a pagar	22	4.995	6.720
		808.528	809.678
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24		
Capital social		3.400.378	2.947.018
Reservas de lucros		228.583	197.424
		3.628.961	3.144.442
TOTAL DO PASSIVO		5.380.379	4.814.581

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do Resultado**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	2008	2007
RECEITA OPERACIONAL	25		
Fornecimento de energia elétrica		165.006	164.935
Suprimento de energia elétrica		1.343.517	1.236.528
Disponibilização da rede elétrica		228.129	18.122
Energia elétrica de curto prazo		41.960	39.451
Outras receitas operacionais		25.423	43.273
		1.804.035	1.502.309
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	26		
		(259.947)	(220.873)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		1.544.088	1.281.436
CUSTOS OPERACIONAIS	27		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(70.065)	(55.489)
Encargos de uso da rede elétrica		(163.618)	(169.278)
		(233.683)	(224.767)
Custo de operação			
Pessoal		(125.904)	(72.191)
Planos previdenciário e assistencial		(1.391)	11.911
Material		(9.748)	(7.920)
Matéria-prima e insumos para produção de energia		(19.577)	10.673
Serviços de terceiros		(42.205)	(34.476)
Depreciação e amortização		(132.757)	(104.469)
Outros custos de operação		12.330	19.740
		(319.252)	(176.732)
Custo do serviço prestado a terceiros			
Pessoal		(81)	(2.716)
Planos previdenciário e assistencial		-	(226)
Material		(2)	(277)
Serviços de terceiros		(39)	(838)
Outros custos do serviço prestado a terceiros		(6)	(17)
		(128)	(4.074)
		(553.063)	(405.573)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		991.025	875.863
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	27		
Despesas com vendas		1.516	(13.834)
Despesas gerais e administrativas		(61.460)	(49.766)
Outras receitas (despesas), líquidas		(126.599)	(110.204)
		(186.543)	(173.804)
RESULTADO DO SERVIÇO		804.482	702.059
RESULTADO FINANCEIRO	28		
Receitas financeiras		99.979	82.089
Despesas financeiras		(76.023)	(51.637)
		23.956	30.452
RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA		5.759	148
LUCRO OPERACIONAL		834.197	732.659
LUCRO ANTES IMPOSTO DE RENDA E CONT.SOCIAL		834.197	732.659
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9		
Imposto de renda e contribuição social		(205.537)	(182.575)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(5.483)	(7.633)
		(211.020)	(190.208)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		623.177	542.451
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$		0,1833	0,1841

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2006	NE nº	2.338.932	64.685	105.616	-	2.509.233
Aumento de capital social		608.086	-	-	-	608.086
Lucro líquido do exercício		-	-	-	542.451	542.451
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	24.b	-	27.123	-	(27.123)	-
Juros sobre o capital próprio	24.b	-	-	-	(163.222)	(163.222)
Dividendos		-	-	-	(352.106)	(352.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2007		2.947.018	91.808	105.616	-	3.144.442
Aumento de capital social		453.360	-	-	-	453.360
Lucro líquido do exercício		-	-	-	623.177	623.177
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	24.b	-	31.159	-	(31.159)	-
Juros sobre o capital próprio	24.b	-	-	-	(196.000)	(196.000)
Dividendos		-	-	-	(396.018)	(396.018)
Saldo em 31 de dezembro de 2008		3.400.378	122.967	105.616	-	3.628.961

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	2008	2007
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		623.177	542.451
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(11.223)	(360)
Depreciação	14.b	134.932	105.817
Amortização de intangíveis - concessão	15.b	195	216
Amortização de intangíveis - outros	15.b	577	-
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas	-	70.958	25.614
Resultado de participação societária	13.d	(5.759)	(148)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	5.483	7.633
Variações em outros passivos regulatórios - líquidas	-	(24.711)	23.950
Provisões no passivo não circulante	23	32.054	9.391
Baixas de investimentos	-	-	2.237
Baixas de imobilizado - líquidas	-	3.138	28.406
Baixas de intangível - líquidas	-	59	3
Redução (aumento) dos ativos			
Consumidores e revendedores	-	(3.107)	(23.376)
Serviços em curso	-	(3.093)	(3.420)
Impostos e contribuições sociais	-	(7.189)	(5.846)
Cauções e depósitos vinculados	-	(12.887)	(37.759)
Depósitos judiciais	-	(558)	(480)
Estoques	-	(5.884)	(4.401)
Outros créditos	-	5.695	(4.993)
Aumento (redução) dos passivos			
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	-	(44.227)	(24.106)
Fornecedores	-	25.988	(4.013)
Impostos e contribuições sociais	-	(3.315)	38.247
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	-	2.715	13.690
Benefícios pós-emprego	-	(17.294)	(35.189)
Encargos do consumidor a recolher	-	(422)	1.175
Pesquisa e desenvolvimento	-	370	3.301
Outras contas a pagar	-	(3.215)	(5.264)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		762.457	652.776
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição do controle da Ceolpar - líquida do caixa adquirido	13.a	-	(1.393)
Adições em outras participações societárias e demais investimentos	-	(50.348)	(7.200)
Adições no imobilizado	14.b	(91.669)	(19.712)
Participação financeira dos consumidores	14.b	(4.738)	-
Adições no intangível	15.b	(1.415)	(1)
Venda de imobilizado	-	1.042	140
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento		(147.128)	(28.166)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos obtidos junto a terceiros	16	2.306	-
Empréstimos e financiamentos - amortizações de principal	-	(35.879)	(46.066)
Integralização de capital social	-	-	11.799
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(534.087)	(274.506)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento		(567.660)	(308.773)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa		47.669	315.837
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6	873.192	557.355
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6	920.861	873.192
Varição no caixa e equivalentes de caixa		47.669	315.837

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do Valor Adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2008	2007
Receitas			
Geração de energia, serviços e outras receitas	25	1.804.035	1.502.309
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27-h	(11.135)	(335)
Outros resultados operacionais		(942)	(29.792)
Total		1.791.958	1.472.182
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda	27-a	75.071	59.855
Encargos de uso da rede elétrica	27-b	179.166	185.030
Material, insumos e serviços de terceiros		91.067	46.153
Encargos de capacidade emergencial e Proinfa		187	12
Outros insumos		13.599	170
Total		359.090	291.220
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		1.432.868	1.180.962
(-) Depreciação e amortização		135.509	106.033
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		1.297.359	1.074.929
(+) Valor Adicionado Transferido			
Receitas financeiras	28	99.979	82.089
Resultado de participações societárias		5.759	148
Total		105.738	82.237
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		1.403.097	1.157.166



Demonstração do Valor Adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2008	%	2007	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :					
Pessoal					
Remunerações e honorários	27-c	111.333		70.604	
Planos previdenciário e assistencial	19	415		(16.679)	
Auxílio alimentação e educação	27-c	8.720		5.605	
Encargos sociais - FGTS		8.124		5.028	
Indenizações trabalhistas (reversões)	27-c	(194)		1.827	
Participação nos lucros e/ou resultados	27-c	16.289		13.431	
Transferências para imobilizado em curso	27-c	(12.332)		(2.464)	
Total		132.355	9,4	77.352	6,7
Governo					
Federal		526.063		445.927	
Estadual		42.321		44.005	
Municipal		837		1.084	
Total		569.221	40,6	491.016	42,4
Financiadores					
Juros e multas		75.809		45.164	
Arrendamentos e aluguéis	27-i	2.535		1.183	
Total		78.344	5,6	46.347	4,0
Acionistas					
Remuneração do capital próprio	24-b	196.000		163.222	
Dividendos propostos		396.018		352.106	
Lucros retidos na empresa		31.159		27.123	
Total		623.177	44,4	542.451	46,9
		1.403.097	100,0	1.157.166	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel Geração e Transmissão, Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel.

Explora o serviço de geração de energia elétrica, através de 17 usinas hidrelétricas e 1 termelétrica, relacionadas a seguir, totalizando 4.549,61 MW de capacidade instalada, e o serviço de transmissão, através de 30 subestações com tensões iguais ou superiores a 230 kV e 1.835,2 Km de linhas de transmissão pertencentes principalmente à rede básica do sistema brasileiro de transmissão, todas localizadas no Estado do Paraná. Deste total, 1.698,1 Km tem vencimento da concessão em julho de 2015 e 137,1 Km em agosto de 2031, podendo ser prorrogados a critério do poder concedente (NE nº 25).

Usinas	Rio	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MW médio)	Data da concessão da Aneel	Data de vencimento da concessão
Hidrelétricas					
Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	Iguaçu	1.676,00	576,00	24/05/73	23/05/23
Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	Iguaçu	1.260,00	603,00	14/11/79	15/11/09
Gov. José Richa (Caxias)	Iguaçu	1.240,00	605,00	02/05/80	04/05/10
Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza	Capivari-Cachoeira	260,00	109,00	23/04/65	07/07/15
Guaricana	Arraial	36,00	13,60	13/08/76	16/08/26
Chaminé	São João	18,00	11,60	13/08/76	16/08/26
Apucarantina	Apucarantina	10,00	6,71	13/10/75	12/10/25
Mourão	Mourão	8,20	5,30	20/01/64	07/07/15
Derivação do Rio Jordão	Jordão	6,50	5,85	14/11/79	15/11/09
Marumbi ^(a)	Ipiranga	4,80	3,94	-	-
São Jorge	Pitangui/Tibagi	2,30	1,62	04/12/74	03/12/24
Chopim I	Chopim	1,98	1,27	20/03/64	07/07/15
Rio dos Patos	Rio dos Patos/Ivaí	1,72	1,13	14/02/84	14/02/14
Cavernoso	Cavernoso/Iguaçu	1,30	0,86	07/01/81	07/01/11
Salto do Vau ^(b)	Palmital	0,94	0,60	27/01/54	-
Pitangui ^(b)	Pitangui	0,87	0,57	05/12/54	-
Melissa ^(b)	Melissa	1,00	0,57	08/10/93	-
Termelétrica					
Figueira		20,00	10,30	21/03/69	26/03/19
Total		4.549,61	1.956,92		

^(a) Em processo de homologação na Aneel.^(b) Usinas com capacidade inferior a 1 MW é efetuado apenas registro na Aneel.



A Companhia fez o requerimento à Aneel visando a prorrogação do prazo de concessão das usinas, cujas concessões expiram em 2009, 2010 e 2011: Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Usina Hidrelétrica de Segredo), PCH Derivação do Rio Jordão, Governador José Richa (Usina Hidrelétrica de Salto Caxias) e PCH Cavernoso. A Aneel, por meio do Despacho nº 455, de 03/02/09, recomendou ao MME que aprove a prorrogação das concessões, de acordo com os seguintes termos finais:

Contrato de Concessão nº 045/1999	Prorrogação	Termo Final
Usinas		
Governador Ney Braga (Segredo)	20 anos	2029
Governador José Richa (Salto Caxias)	20 anos	2030
Derivação do Rio Jordão	20 anos	2029
Cavernoso	8,5 anos	2019

A Companhia está questionando a recomendação da Aneel em prorrogar o prazo da PCH Cavernoso por apenas 8,5 anos, pois entende que deve ser prorrogada por 20 anos, exatamente como as demais usinas. O MME está analisando o requerimento da Companhia e a recomendação da Aneel, todavia ainda não publicou sua decisão.

A Copel Geração e Transmissão participa dos seguintes empreendimentos:

- 1) Centrais Eólicas do Paraná** – Controlada pela Companhia a partir de 06/09/07, constituída para desenvolver a implantação, montagem, funcionamento e exploração comercial de uma usina eólica de 2,5 MW, na região de Palmas, Estado do Paraná (NE nº 13.a).
- 2) Copel Empreendimentos Ltda** - sociedade limitada em que a Companhia detém 99,9% das quotas, que tem por objeto principal a prestação de serviços de planejamento, coordenação e organização de empresas que visem à produção de energia elétrica, transporte e comercialização de atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de usinas produtoras de energia elétrica, e participar de outras sociedades como acionista ou sócia quotista. (NE nº 13.b)
- 3) Consórcio Energético Cruzeiro do Sul** – produtor independente formado pelas empresas Copel Geração e Transmissão, com participação de 51%, e pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. Em 10/10/06, através do Leilão de energia nova nº 004/2006 Aneel, conquistou concessão para exploração da usina hidrelétrica de Mauá, que terá 361 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir da data da assinatura do contrato, ocorrida em 03/07/07 (NE nº 13.c).



2 INCORPORAÇÃO

Em 2007, com a extinção da Copel Transmissão S.A. teve início o processo de reestruturação societária da Controladora, com o objetivo de atender aos preceitos regulatórios e de se obter estrutura mais transparente e de menor custo. Em 2008, em continuidade a este processo, a Controladora obteve autorização da Aneel para implantação da cisão, e posterior extinção, da Copel Participações S.A. e versão de seu patrimônio para a Companhia Paranaense de Energia e para a Copel Geração e Transmissão S.A. Os contornos da operação societária estão disciplinados no artigo 8º da Lei nº 10.848/2004, que alterou o artigo 4º da Lei nº 9.074/1995.

Com a extinção da Copel Participações, em 30/11/08, demonstramos o valor contábil do acervo líquido, conforme quadro abaixo:

	Copel Participações em 30/11/08	Parcela incorporada	
		Controladora	Copel Geração e Transmissão
ATIVO	1.334.703	880.179	454.524
Ativo Circulante	20.032	19.771	261
Ativo Não Circulante	1.314.671	860.408	454.263
Realizável a Longo Prazo	251.920	250.277	1.643
Investimentos	1.062.675	610.131	452.544
Imobilizado	75	-	75
Intangível	1	-	1
PASSIVO	1.334.703	880.179	454.524
Passivo Circulante	15.353	14.525	828
Passivo Não Circulante	336	-	336
Patrimônio Líquido	1.319.014	865.654	453.360

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 16/03/09.

As demonstrações contábeis são apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica da Aneel e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/07 foram efetuadas algumas reclassificações para permitir aos usuários comparação com o exercício atual. As principais reclassificações são as seguintes:



Conta original:	Conta de reclassificação:	
Deduções da receita operacional	Custos de bens e/ou serviços vendidos	
PIS/Pasep e Cofins (a)	Energia elétrica comprada para revenda	(4.366)
PIS/Pasep e Cofins (a)	Encargos de uso da rede elétrica	(15.752)
Resultado não operacional	Outras receitas (despesas) operacionais	
Receitas (despesas) não operacionais (b)	Outras receitas (despesas), líquidas	(29.805)

a) Conforme Interpretação Técnica nº 01/04 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon.

b) Conforme Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (NE nº 3).

4 MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente no capítulo relativo à divulgação e preparação das demonstrações contábeis, que vieram a modificar, entre outros aspectos, os critérios de reconhecimento e de valorização de ativos e passivos.

A citada Lei teve, principalmente, objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Adicionalmente, em decorrência da promulgação das referidas Lei e Medida Provisória, durante 2008 foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC diversos pronunciamentos contábeis com aplicação obrigatória para o encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/08.

As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31/12/08 e de 2007 refletem, em todos os aspectos materiais, as modificações propostas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. Em conformidade com a Deliberação CVM nº 565/08, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Companhia e suas controladas optaram por registrar as alterações previstas de forma retroativa. Desta forma, as demonstrações contábeis apresentadas para o exercício findo em 31/12/07 foram reclassificadas para facilitar a comparação com as demonstrações contábeis de 2008, estando seus efeitos descritos na NE nº 3. Não foram identificados ajustes que modificassem o Balanço Patrimonial e o resultado apresentado em 31/12/07.

A seguir está apresentado o sumário da avaliação realizada pela Administração sobre os novos dispositivos contábeis:



Mudanças Introduzidas	Impactos na Companhia
<p>Criação de novo subgrupo de contas, intangível, que inclui ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido (CPC 04).</p>	<p>A Companhia procedeu as reclassificações necessárias para o exercício findo em 31/12/08 (NE nº 15).</p>
<p>Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: leasing financeiro – CPC 06).</p>	<p>Os contratos de arrendamento mercantil da Companhia se caracterizam como arrendamento mercantil operacional.</p>
<p>Obrigatoriedade da Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que:</p> <p>(i) a perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e</p> <p>(ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão é revisado e ajustado (CPC 01).</p>	<p>A Companhia já adota esta prática. A maioria dos bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia são vinculados à concessão. De acordo com os contratos de concessão, assinados na condição de concessionária de serviço público, caso exista valor residual desses bens, estes tem garantia de indenização na entrega da concessão. Esse fato reduz significativamente o risco de impacto sobre as demonstrações contábeis relativo à recuperação dos ativos.</p>



<p>Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas:</p> <p>(i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e</p> <p>(ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior (CPC 14).</p>	<p>A Companhia realizou a classificação de suas aplicações financeiras e seus recursos e concluiu que todos seus instrumentos financeiros relativos à aplicações financeiras são destinados à negociação.</p>
<p>Eliminação do grupo Resultado não Operacional</p>	<p>Devido a eliminação do grupo Resultado não Operacional, promovida pela Medida Provisória nº 449/08, a Companhia passou a demonstrar os valores classificados anteriormente nesta rubrica como outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, assim como sua divulgação em nota explicativa (NE nº 3)</p>

a) Regime Tributário Transitório - RTT

Os valores apresentados nas demonstrações contábeis de 31/12/08 consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório - RTT, conforme facultado pela MP nº 449/08, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08. A opção em definitivo ao RTT será manifestada somente quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-fiscal da Pessoa Jurídica - DIPJ.

5 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Práticas Contábeis Gerais

1) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço (NE nº 6).



2) Consumidores e revendedores

Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada, a estimativa de energia fornecida faturada até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência (NE nº 7).

3) Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

4) Investimentos

As participações societárias permanentes em controladas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda, quando aplicável (NE nº 13).

5) Intangível - Concessões

Os valores contabilizados como ativo intangível quando da aquisição de participações em companhias que detém concessões estão sendo amortizados pelos respectivos prazos remanescentes de cada concessão (NE nº 15).

6) Avaliação do valor de recuperação dos ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

7) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente, pelo custo amortizado.

8) Impostos e contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas a tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e Imposto sobre Serviços – ISS às alíquotas vigentes, assim como a tributação pelo Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para Financiamento da



Seguridade Social – Cofins e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins são apresentados deduzidos do custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na possibilidade de existir base tributável positiva que possa ser utilizada. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, descontados a valor presente, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho Fiscal.

9) Planos previdenciário e assistencial

Os custos associados aos planos previdenciário e assistencial com a Fundação Copel são reconhecidos em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13/12/00 (NE nº 19).

10) Provisões para contingências

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na NE nº 23.

11) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos, quando legal ou contratualmente exigidos, estão atualizados até a data do balanço.

12) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia faça estimativas e adote premissas que, de fato, afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes



na data do balanço patrimonial e os valores reportados de receitas e despesas. Os resultados concretos desses fatos podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, redução do valor recuperável de ativos não circulantes, provisão para contingências, imposto de renda, premissas de plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego e transações envolvendo a compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, das quais o faturamento e liquidação final estão sujeitos a revisão dos seus participantes.

13) Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando: **(i)** o valor das vendas é mensurável de forma confiável; **(ii)** os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; **(iii)** é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e **(iv)** os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita financeira é reconhecida em base *pro rata dia* com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros correspondentes.

14) Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais contabilizados estão mensurados ao custo histórico, ajustados ao valor estimado de realização (NE nº 13).

15) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço (NE nº 24).

b) Práticas Contábeis Regulatórias – Específicas do Setor Elétrico

1) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe comercial vencidos há



mais de 180 dias e das classes industrial e outros vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

2) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro conforme determina a portaria DNAEE nº 815, de 30/11/94, complementada pela Resolução Aneel nº 15, de 24/12/97. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa Aneel nº 240, de 05/12/06, apresentadas na NE nº 14.

3) Imobilizado em curso

Os gastos de administração central são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao imobilizado em andamento, são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção (NE nº 14).

4) Obrigações especiais

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as obrigações especiais vinculadas à concessão, correspondentes às contribuições recebidas dos governos (federal, estadual ou municipal), bem como dos consumidores em geral para investimentos realizados em instalações do sistema elétrico, são registradas nos livros em subgrupo específico do passivo exigível a longo prazo e apresentadas como conta redutora do ativo imobilizado (NE nº 14).

5) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou desenvolvimento. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear (NE nº 15).

6) Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente (NE nº 29).



7) Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

É um programa de investimento em pesquisa e desenvolvimento exigido pela Aneel para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida.

A destinação dos recursos está dividida em aplicação em projetos homologados pela Aneel e em recolhimentos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia – MME (NE nº 21).

8) Questões ambientais

Os ativos ambientais são capitalizados quando a alocação dos gastos realizados a determinados ativos imobilizados estiverem de acordo com as normas previstas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e no Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Os gastos não alocáveis aos ativos imobilizados serão reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e que possam ser razoavelmente estimadas.



6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração %	2007	
				2008	2007
Caixa e bancos				6.567	83.433
Aplicações financeiras					
Banco do Brasil	CDB DI	25/04/08	100,03	-	18.884
Banco do Brasil	CDB DI	11/05/08	100,03	-	20.700
Banco do Brasil	CDB DI	05/07/08	100,03	-	7.152
Banco do Brasil	CDB DI	21/07/08	100,03	-	2.365
Banco do Brasil	CDB DI	14/08/08	100,03	-	6.920
Banco do Brasil	CDB DI	15/08/08	100,10	-	7.034
Banco do Brasil	CDB DI	18/08/08	100,05	-	13.638
Banco do Brasil	CDB DI	25/08/08	100,10	-	4.674
Banco do Brasil	CDB DI	27/08/08	100,10	-	23.348
Banco do Brasil	CDB DI	28/08/08	100,10	-	44.338
Banco do Brasil	CDB DI	04/09/08	100,05	-	34.065
Banco do Brasil	CDB DI	10/09/08	100,00	-	2.114
Banco do Brasil	CDB DI	11/09/08	100,00	-	2.642
Banco do Brasil	CDB DI	15/09/08	100,00	-	5.794
Banco do Brasil	CDB DI	17/09/08	100,00	-	811
Banco do Brasil	CDB DI	18/09/08	100,00	-	20.843
Banco do Brasil	CDB DI	26/09/08	100,10	-	32.325
Banco do Brasil	CDB DI	02/10/08	100,00	-	9.214
Banco do Brasil	CDB DI	06/10/08	100,10	-	5.746
Banco do Brasil	CDB DI	15/10/08	100,00	-	6.307
Banco do Brasil	CDB DI	06/11/08	100,00	-	7.402
Banco do Brasil	CDB DI	18/12/08	100,00	-	8.204
Banco do Brasil	CDB DI	02/02/09	100,00	-	5.524
Banco do Brasil	CDB DI	05/02/09	100,00	-	1.654
Banco do Brasil	CDB DI	13/02/09	100,00	-	1.651
Banco do Brasil	CDB DI	16/02/09	100,00	-	2.169
Banco do Brasil	CDB DI	12/03/09	100,10	-	15.287
Banco do Brasil	CDB DI	16/03/09	100,00	-	5.451
Banco do Brasil	CDB DI	16/03/09	100,10	-	4.364
Banco do Brasil	CDB DI	18/03/09	100,00	-	10.898
Banco do Brasil	CDB DI	23/03/09	100,00	-	3.261
Banco do Brasil	CDB DI	27/03/09	100,10	-	8.689
Banco do Brasil	CDB DI	23/04/09	100,00	-	4.307
Banco do Brasil	CDB DI	29/04/09	100,05	-	5.376
Banco do Brasil	CDB DI	06/05/09	100,00	-	5.363
Banco do Brasil	CDB DI	07/05/09	100,00	-	3.217
Banco do Brasil	CDB DI	08/05/09	100,00	-	6.432
Banco do Brasil	CDB DI	14/05/09	100,00	-	3.958
Banco do Brasil	CDB DI	15/05/09	100,00	-	6.953
Banco do Brasil	CDB DI	18/05/09	100,00	-	7.484
Banco do Brasil	CDB DI	22/05/09	100,10	-	5.885
Banco do Brasil	CDB DI	25/05/09	100,00	-	8.506
Banco do Brasil	CDB DI	27/05/09	100,00	-	4.261
Banco do Brasil	CDB DI	28/05/09	100,05	-	8.521
Banco do Brasil	CDB DI	08/06/09	100,00	-	826
Banco do Brasil	CDB DI	26/06/09	100,10	-	5.276
Banco do Brasil	CDB DI	06/07/09	100,00	-	4.211
Banco do Brasil	CDB DI	13/07/09	100,00	-	2.988
Banco do Brasil	CDB DI	16/07/09	100,05	-	22.028
Banco do Brasil	CDB DI	14/08/09	102,20	23,091	-
Banco do Brasil	CDB DI	17/08/09	100,00	-	4.587
Banco do Brasil	CDB DI	17/08/09	100,05	-	14.551
Banco do Brasil	CDB DI	24/08/09	102,20	31,395	-
Banco do Brasil	CDB DI	27/08/09	100,05	-	4.143
Banco do Brasil	CDB DI	28/08/09	100,05	-	15.530
Banco do Brasil	CDB DI	04/09/09	102,20	39,593	-
Banco do Brasil	CDB DI	11/09/09	102,20	2,702	-
Banco do Brasil	CDB DI	18/09/09	100,00	-	11.834
Banco do Brasil	CDB DI	25/09/09	100,10	-	7.187
Banco do Brasil	CDB DI	28/09/09	100,10	-	15.399
Banco do Brasil	CDB DI	14/10/09	100,00	-	3.063
Banco do Brasil	CDB DI	01/06/10	101,00	3,585	-
Banco do Brasil	CDB DI	29/06/10	102,00	35,118	-
Banco do Brasil	CDB DI	21/03/12	100,00	-	564
Banco do Brasil	CDB DI	14/07/12	100,00	-	14.587
Banco do Brasil	CDB DI	15/08/12	100,00	-	12.381
Banco do Brasil	CDB DI	10/09/12	100,00	-	1.741
Banco do Brasil	Op. Compromissadas	28/10/11	100,15	3,330	-
Banco do Brasil	Cotas	-	-	53,813	-
Banco do Brasil	Cotas	-	-	53,935	-
Caixa Econômica Federal	CDB DI	15/04/09	99,50	-	15.118
Caixa Econômica Federal	CDB DI	17/04/09	99,50	-	12.946
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	04/01/08	99,60	-	10.366
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	07/03/08	99,60	-	9.440
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	03/04/08	99,60	-	8.717
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	16/04/08	99,60	-	4.954
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	29/10/08	99,50	-	2.588
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	11/11/08	99,50	-	3.429
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	14/11/08	99,50	-	4.090
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17/12/08	99,50	-	14.895
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	04/11/09	99,50	-	5.106
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	12/11/09	99,50	-	8.461
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	13/11/09	99,50	-	9.872
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	25/11/09	99,50	-	10.662
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	08/12/09	99,50	-	11.132
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	09/12/09	99,50	-	16.189
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	15/12/09	99,50	-	17.527
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	16/12/09	99,50	-	12.181
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	14/01/10	99,50	-	3.004
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	15/01/10	99,50	-	6.226
Caixa Econômica Federal	Cotas	09/10/12	-	56,347	51.039
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	06/01/10	-	13,429	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	07/01/10	-	33,308	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	21/01/10	-	79,668	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	26/01/10	-	61,477	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	28/01/10	-	25,787	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	09/06/10	-	32,186	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	18/06/10	-	37,346	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	08/07/10	-	31,808	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	20/07/10	-	33,801	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	29/07/10	-	24,600	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	08/09/10	-	43,602	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	20/09/10	-	23,781	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	08/10/10	-	20,533	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	19/10/10	-	3,581	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	20/10/10	-	21,472	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	10/11/10	-	8,208	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	28/11/10	-	35,412	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	30/11/10	-	28,213	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	08/12/10	-	35,162	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	21/12/10	-	18,011	-
				914.294	789.759
				920.861	873.192



As aplicações financeiras da Companhia, em sua maioria, foram realizadas em instituições financeiras oficiais, prevalecendo os papéis de renda fixa lastreados em títulos públicos federais, com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, que apresentou a taxa média anual, em 2008, de 12,28%, e em 2007, de 11,92%. Estas aplicações estão registradas ao valor justo e podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos, mesma prática adotada em 2007.

7 CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Venc. há mais de 90 dias	2008	2007
Consumidores					
Industrial	12.838	793	986	14.617	18.950
Parcelamento de débitos vencidos	910	55	469	1.434	1.434
	13.748	848	1.455	16.051	20.384
Revendedores					
Suprimento de energia elétrica					
Leilão de energia	106.401	-	-	106.401	95.296
Contratos bilaterais	58.364	-	-	58.364	48.035
Ressarcimento de geradores	571	-	-	571	1.492
Ressarcimento de geradores - NC	321	-	-	321	12.004
Suprimento curto prazo	-	-	101	101	101
	165.657	-	101	165.758	156.928
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede básica	28.937	68	229	29.234	32.885
Rede básica - NC	-	-	-	-	5.992
Rede de conexão	2.164	-	-	2.164	1.056
	31.101	68	229	31.398	39.933
Energia elétrica de curto prazo					
Suprimento - CCEE (NE nº 29)	9.164	-	-	9.164	2.019
	9.164	-	-	9.164	2.019
Circulante	219.349	916	1.785	222.050	201.268
Não Circulante - NC	321	-	-	321	17.996

Direito de ressarcimento de geradores

O direito de ressarcimento de geradores refere-se aos valores de energia livre, comercializada no âmbito do antigo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, atual CCEE, durante a vigência do programa emergencial do consumo de energia elétrica, no período de 01/06/01 a 28/02/02, e que não estava prevista nos contratos iniciais ou equivalentes e nos contratos bilaterais. Para compensar parte das perdas do racionamento para as empresas, a Aneel implantou a Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE. Tal medida estabelece procedimentos para a recuperação e repasse aos geradores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de energia livre, calculados com aplicação de percentual sobre a arrecadação da RTE.



Os saldos referentes ao ressarcimento de geradores, já líquidos das perdas, estão detalhados a seguir:

Distribuidoras		
	2008	2007
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	-	4.981
LIGHT - Serviços de Eletricidade S. A.	-	3.244
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	-	1.151
Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - Cerj (AMPLA)	421	1.014
Companhia Energética do Ceará - Coelce	-	865
Companhia Energética de Pernambuco - Celpe	-	677
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern	451	607
Outras - (CSPE)	20	957
	892	13.496
Circulante	571	1.492
Não circulante	321	12.004

8 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Após análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

		Adições / (reversões)	
	2007		2008
Consumidores e revendedores			
Industrial	986	-	986
Concessionárias e permissionárias	101	-	101
Concessionárias e permissionárias - NC	11.469	(11.223)	246
	12.556	(11.223)	1.333
Circulante	1.087	-	1.087
Não Circulante - NC	11.469	(11.223)	246

**9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

	2008	2007
Ativo circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	4.039	12.060
ICMS a Recuperar	2.334	472
Outros tributos a compensar	1.157	1.414
	7.530	13.946
Ativo não circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	82.432	78.345
ICMS a Recuperar	7.001	1.416
	89.433	79.761
Passivo circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	53	105
Imposto de renda e contribuição social a pagar	106.150	107.554
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	85	443
IRRF sobre juros sobre capital próprio	12.679	8.498
ICMS a recolher	3.654	4.287
Pasep e Cofins a recolher	5.396	10.446
Outros tributos	810	860
	128.827	132.193
Passivo não circulante		
IRPJ/CSLL diferidos	-	53
	-	53

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 15% mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida, calculada à alíquota de 9%.

Os tributos sobre os planos previdenciário e assistencial estão sendo realizados de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela deliberação CVM nº 371/2000. Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em função das decisões judiciais e das realizações dos ativos regulatórios.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.



Os créditos fiscais estão contabilizados conforme demonstração a seguir:

	2008	2007
Ativo circulante		
Planos previdenciário e assistencial	1.201	6.580
Adições temporárias	2.838	5.480
	4.039	12.060
Ativo não circulante		
Planos previdenciário e assistencial	44.218	44.935
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.486	2.486
Adições temporárias:		
Provisões para contingências	22.295	16.226
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.917	5.700
Provisão para passivo regulatório	4.594	2.076
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	6.922
	82.432	78.345
(-) Passivo circulante		
Exclusões temporárias	53	105
	53	105
(-) Passivo não circulante		
Exclusões temporárias	-	53
	-	53
	86.418	90.247

O estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, referente à projeção futura de lucratividade, descontada a valor presente, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos, com base em estimativas de lucros tributáveis futuros, está apresentado a seguir:

	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2008	22.628	21.622	-
2009	-	-	36.959
2010	-	-	5.574
2011	-	-	5.574
2012	-	-	5.574
2013	-	-	6.465
2014 a 2016	-	-	7.848
até 2018	-	-	18.424
	22.628	21.622	86.418

As projeções de resultado futuro foram objeto de avaliação da Administração quando da aprovação das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2008.

b) Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A conciliação da provisão para o IRPJ e da CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores apresentados na demonstração do resultado é a seguinte:



	2008	2007
Lucro antes do IRPJ e CSLL	834.197	732.659
IRPJ e CSLL (34%)	(283.627)	(249.104)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	66.640	55.495
Equivalência patrimonial	1.958	50
Incentivos fiscais	2.837	1.997
Ajuste a valor presente - Compagas	(819)	(736)
Outros	1.991	2.090
IRPJ e CSLL correntes	(205.537)	(182.575)
IRPJ e CSLL diferidos	(5.483)	(7.633)

10 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2008	2007
Ativo circulante		
Depósitos em garantia	79.079	60.447
	79.079	60.447

No Banco do Brasil está aplicado o valor de R\$ 54.403, com remuneração de 100% da taxa DI, atualizado até 31/12/08, como garantia de fiel cumprimento com a Aneel para construção da Usina de Mauá, pela Copel Geração e Transmissão.

Os demais depósitos atendem as exigências da CCEE e estão vinculados às operações realizadas nos leilões de energia, nas liquidações da própria CCEE e nos leilões realizados pela Aneel.

11 OUTROS CRÉDITOS

	2008	2007
Ativo circulante		
Adiantamento para depósitos judiciais	3.846	149
Salários de empregados cedidos a recuperar	2.888	2.888
Adiantamento a empregados	2.226	2.090
Pagamentos antecipados	1.655	1.659
Serviços prestados a terceiros	1.647	1.735
Adiantamento a fornecedores	1.451	4.056
Alienação de bens e direitos	1.049	811
Desativações em curso	570	78
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.265)	(4.171)
Créditos UEG Araucária	-	6.293
Outros créditos a receber	791	1.715
	11.858	17.303
Ativo não circulante		
Bens e direitos destinados à alienação	1.881	949
	1.881	949

A Provisão para créditos de liquidação – PCLD refere-se principalmente ao saldo de faturas de serviços prestados a terceiros e a parcela não realizável de salário de empregados cedidos a recuperar.

**12 DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Os saldos de depósitos judiciais registrados no ativo não circulante estão demonstrados a seguir:

	2008	2007
Trabalhistas	10.477	15.713
Cíveis:		
Servidões de passagem	9.143	9.074
Cíveis	1.886	2.251
	11.029	11.325
Outros depósitos Judiciais	324	330
	21.830	27.368

Os depósitos judiciais vinculados foram reclassificados para Provisões para Contingências e estão demonstrados na NE nº 23.

13 INVESTIMENTOS

	2008	2007
Participações em controladas		
Centrais Eólicas do Paraná (a)	5.482	2.291
Copel Empreendimentos Ltda (b)	404.461	-
	409.943	2.291
Outros investimentos		
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (c)	56.517	6.450
Incentivos fiscais	1.044	924
Bens e direitos para uso futuro do serviço	303	303
Estudos e projetos	1.356	-
Bens de renda	-	933
	59.220	8.610
	469.163	10.901

a) Centrais Eólicas do Paraná

A Copel Geração e Transmissão em 06/09/07 adquiriu 70% do capital social das Centrais Eólicas do Paraná que pertenciam a Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.

b) Copel Empreendimentos Ltda

Com a extinção da Copel Participações, em 30/11/08, a Copel Geração e Transmissão passou a deter 99,9 % das quotas da empresa.

c) Consórcio Energético Cruzeiro do Sul ⁽¹⁾

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul firmado entre Copel Geração e Transmissão S.A. (51%) e Eletrosul – Centrais Elétricas S.A. (49%) conquistou, no Leilão de energia nova nº 004/2006 Aneel, realizado em 10/10/06, na qualidade de produtor independente de energia, concessão para exploração, durante 35 anos, da Usina Hidrelétrica de Mauá.



O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma usina principal de 350 MW e por uma Pequena Central Hidrelétrica - PCH complementar de 11 MW, totalizando 361 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 900 mil habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do Rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região centro-leste do Estado do Paraná. O reservatório terá 80 km de extensão e 83,8 km² de superfície. A barragem, que terá cerca de 745 m de comprimento e 85 m de altura máxima, empregará a tecnologia de concreto compactado a rolo e enrocamento com núcleo de argila. O volume total de concreto do maciço será da ordem de 580.000 m³.

O projeto tem investimento total previsto em aproximadamente R\$ 1.000.000, valor com data base de outubro de 2006, sendo que, deste montante, 51% (R\$ 510.000) serão investidos pela Copel Geração e Transmissão e 49%, R\$ 490.000, pela Eletrosul.

Em novembro de 2007, o Conselho Monetário Nacional - CMN autorizou exceção à Resolução nº 2.827/2001 do Banco Central do Brasil, que trata do contingenciamento de crédito ao setor público, com vistas à concessão de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de aproximadamente R\$ 383.000, para a participação da Companhia na construção da Usina Hidrelétrica de Mauá.

A energia da usina de Mauá foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa final de R\$ 112,96/MWh, atualizados com base no IPCA desde 1º.11.2006. Foram negociados 192 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2011. A garantia física do empreendimento estabelecida no contrato de concessão era de 197,7 MW médios, após a completa motorização, e a tarifa máxima de referência para comercialização da energia estabelecida no edital do leilão era R\$ 116,00/MWh.

Os gastos realizados neste empreendimento são contabilizados na conta de investimento, na proporção de quota parte no consórcio, conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os trabalhos iniciaram em maio de 2007, com a emissão da ordem de serviço do projeto básico e início do projeto executivo da usina e do sistema de transmissão associado, elaboração de especificações técnicas, memórias de cálculo, desenhos e outros documentos relativos às diversas estruturas da usina, complementação das investigações geológicas e serviços de topografia. O projeto básico foi concluído e encontra-se aprovado pela Aneel. O empreendimento possui Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA apresentados em audiência pública e aprovados pelo órgão licenciador, com emissão da Licença de Instalação nº 6.496/2008. A ordem de serviço que determinou o início das obras da Usina Hidrelétrica de Mauá foi assinada em 21/07/08 e o início da geração comercial da primeira unidade geradora deverá ocorrer no ano de 2011.



Nesse momento encontra-se em implantação o canteiro de obras, com a limpeza da área, terraplenagem, compactação de aterros e construção das edificações dos canteiros industrial, administrativo e de alojamentos. Foram iniciadas, também, as escavações superficiais para a construção dos túneis de desvio do Rio Tibagi no local de construção da barragem.

Os compromissos totais já assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços montam em R\$ 754.000 em 31/12/08 (51%, Copel Geração e Transmissão, e 49%, Eletrosul).

⁽¹⁾ Informações técnicas não auditadas pelos auditores independentes.

d) Mutações dos investimentos

Saldos	Copel Empreen- dimentos Ltda	Centrais Eólicas do Paraná	Consórcio Energ. Cruzeiro do Sul	Bens e direitos p/ uso futuro	Bens de renda	Incent. fiscais	Estudos e projetos	Total
Em 2006	-	-	-	56	933	924	2.237	4.150
Incorp. Copel Transmissão S.A.	-	-	-	247	-	-	-	247
Aportes	-	2.143	6.450	-	-	-	-	8.593
Equivalência patrimonial	-	148	-	-	-	-	-	148
Baixas	-	-	-	-	-	-	(2.237)	(2.237)
Em 2007	-	2.291	6.450	303	933	924	-	10.901
Incorp. Copel Participações S.A.	401.893	-	-	-	-	-	1.195	403.088
Aportes	-	-	50.067	-	-	120	161	50.348
Equivalência patrimonial	2.568	3.191	-	-	-	-	-	5.759
Transf.p/ bens dest.à alienação	-	-	-	-	(933)	-	-	(933)
Em 2008	404.461	5.482	56.517	303	-	1.044	1.356	469.163

**14 IMOBILIZADO**

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			2008	2007
Em serviço				
Terrenos	81.331	-	81.331	81.331
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.547.949	(1.046.459)	1.501.490	1.552.712
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	494.218	(252.540)	241.678	248.412
Máquinas e Equipamentos	2.103.638	(755.222)	1.348.416	1.342.673
Veículos	17.575	(13.124)	4.451	6.584
Móveis e Utensílios	5.368	(3.229)	2.139	2.253
	5.250.079	(2.070.574)	3.179.505	3.233.965
Em curso				
Terrenos	20.281	-	20.281	19.810
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.890	-	1.890	1.890
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	6.675	-	6.675	7.105
Máquinas e Equipamentos	95.135	-	95.135	71.951
Veículos	131	-	131	192
Móveis e Utensílios	21	-	21	73
A Ratear	9.295	-	9.295	34.714
Estudos de Projetos	12.508	-	12.508	11.795
Material em Depósito	19.286	-	19.286	12.122
Adiantamento a Fornecedores	1.408	-	1.408	2.524
Depósitos Judiciais	127.574	-	127.574	110.187
Compras em andamento	-	-	-	1
	294.204	-	294.204	272.364
Obrigações especiais	(187)	-	(187)	(4.925)
	5.544.096	(2.070.574)	3.473.522	3.501.404

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/02/57, os bens e instalações utilizados principalmente na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

O montante de ativo imobilizado em serviço e totalmente depreciado representa R\$ 117.821, em 31/12/08, e R\$ 101.317, em 31/12/07.

a) Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Aneel nº 240, de 05/12/06, são:



	%
Geração	
Equipamentos da tomada d'água	3,70
Estrutura da tomada d'água	4,00
Geradores	3,30
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00
Turbina hidráulica	2,50
Equipamento geral	10,00
Transmissão	
Condutor e estrutura do sistema => 69 kV e transformador de força	2,50
Disjuntor	3,00
Equipamento geral	10,00
Administração central	
Edificações	4,0
Máquinas e equipamentos de escritório	10,0
Móveis e utensílios	10,0
Veículos	20,0

b) Mutação do imobilizado

Saldos	em serviço	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Em 2006	2.718.458	144.468	-	2.862.926
Incorporação parcial da Copel Transmissão S.A.	598.002	61.426	(4.925)	654.503
Programa de investimentos	-	19.712	-	19.712
Imobilizações de obras	23.763	(23.763)	-	-
Quotas de depreciação	(105.817)	-	-	(105.817)
Baixas	(454)	(28.092)	-	(28.546)
Complemento de provisões para contingências	-	98.669	-	98.669
Transferências entre o intangível	13	(56)	-	(43)
Em 2007	3.233.965	272.364	(4.925)	3.501.404
Incorporação parcial da Copel Participações S.A.	75	-	-	75
Programa de investimentos	-	91.669	-	91.669
Imobilizações de obras	84.096	(84.096)	-	-
Quotas de depreciação	(134.932)	-	-	(134.932)
Baixas	(3.699)	(481)	-	(4.180)
Complemento de provisões para contingências	-	17.311	-	17.311
Participação financeira dos consumidores	-	-	4.738	4.738
Transferências entre o intangível	-	(2.563)	-	(2.563)
Em 2008	3.179.505	294.204	(187)	3.473.522

c) Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Companhia possui ativos avaliados por valor não recuperável ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- 1) Menor nível de unidade geradora de caixa: concessões detidas, analisadas individualmente;



- 2) Valor Recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil;
- 3) Apuração do valor de uso: a metodologia utilizada para o cálculo do valor em uso foi baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda conforme recomendado no Pronunciamento Técnico CPC 01.

Os respectivos fluxos de caixa foram estimados com base nos resultados operacionais realizados, no orçamento empresarial anual da Companhia, aprovado em reunião ordinária do CAD da controladora, com conseqüente orçamento plurianual, e tendências futuras do setor elétrico.

No que tange ao horizonte de análise, levou-se em consideração a data de vencimento de cada concessão.

Com relação ao crescimento de mercado, as projeções estão compatíveis com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

Os respectivos fluxos foram descontados por taxa média de desconto, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado e referenciada pelo órgão regulador, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, por hora e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Diante das premissas acima a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para *Impairment*.

**15 INTANGÍVEL**

	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
			2008	2007
Em serviço				
Com vida útil estimada				
Direito de uso de softwares	11.788	(8.700)	3.088	687
Faixa de servidões	10.591	-	10.591	9.027
	22.379	(8.700)	13.679	9.714
Com vida útil não estimada				
Concessão - Copel Empreendimentos (a)	53.954	(4.692)	49.262	-
Outros	30	-	30	27
	53.984	(4.692)	49.292	27
Em curso				
Faixa de servidões	249	-	249	449
Direito de uso de softwares	-	-	-	425
	249	-	249	874
	76.612	(13.392)	63.220	10.615

O montante de intangível em serviço e totalmente depreciado representava R\$ 7.792, em 31/12/08, e R\$ 7.594, em 31/12/07.

a) Concessão – Copel Empreendimentos

A aquisição pela Copel Participações S.A. das quotas da Copel Empreendimentos Ltda, em 31/05/06, cuja razão social era El Paso Empreendimentos e Participações Ltda., holding da UEG Araucária Ltda., da qual possui 60% do capital social gerou ágio líquido que, pelo reflexo da incorporação, representou saldo em 31/12/08 de R\$ 49.262. O fundamento econômico para amortização linear foi a expectativa de resultado futuro da operação comercial da concessão, cujo prazo restante tem vencimento em dezembro de 2029. O efeito no resultado no exercício de 2008 foi de R\$ 195.

b) Mutação do Intangível

Saldos	Intangível		Total
	em serviço	em curso	
Em 2006	853	-	853
Incorporação parcial da Copel Transmissão S.A.	9.064	873	9.937
Programa de investimentos	-	1	1
Capitalizações	56	(56)	-
Quotas de amortização - concessão	(216)	-	(216)
Baixas	(3)	-	(3)
Transferências entre o imobilizado	(13)	56	43
Em 2007	9.741	874	10.615
Incorporação parcial da Copel Participações S.A.	49.458	-	49.458
Programa de investimentos	-	1.415	1.415
Capitalizações	4.603	(4.603)	-
Quotas de amortização - concessão	(195)	-	(195)
Quotas de amortização - outros intangíveis	(577)	-	(577)
Baixas	(59)	-	(59)
Transferências entre o imobilizado	-	2.563	2.563
Em 2008	62.971	249	63.220

**16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

As composições dos saldos de empréstimos e financiamentos são as seguintes:

	Circulante		Longo prazo	Total	
	Principal	Encargos	Principal	2008	2007
Moeda estrangeira					
BID (a)	24.740	1.198	36.552	62.490	62.706
Banco do Brasil S.A. (b)	6.383	134	-	6.517	8.002
	31.123	1.332	36.552	69.007	70.708
Moeda nacional					
Eletrobrás (c)	28.913	-	208.065	236.978	267.633
BNDES (d)	-	5	2.310	2.315	-
	28.913	5	210.375	239.293	267.633
	60.036	1.337	246.927	308.300	338.341

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	2008		2007	
		%		%
Moeda estrangeira				
Cesta de moedas do BID	62.490	20,27	62.706	18,53
Yen	6.517	2,11	8.002	2,37
	69.007	22,38	70.708	20,90
Moeda nacional				
TJLP Finep	2.315	0,75	-	-
Finel	236.978	76,87	267.633	79,10
	239.293	77,62	267.633	79,10
	308.300	100,00	338.341	100,00

Varição das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda/Indexador	Variação (%)	
	2008	2007
Dólar norte-americano	31,94	(17,15)
Yen	62,89	(11,78)
Cesta de moedas do BID	6,22	3,94
TJLP Finep	0,24	0,36
Finel	1,90	1,51



Vencimentos das parcelas de longo prazo:

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	2008	2007
2009	-	-	-	52.485
2010	24.368	32.057	56.425	48.567
2011	12.184	32.576	44.760	39.789
2012	-	32.576	32.576	31.008
2013	-	32.576	32.576	31.008
2014	-	32.576	32.576	31.008
2015	-	32.010	32.010	31.008
2016	-	16.004	16.004	15.504
	36.552	210.375	246.927	280.377

Mutação de empréstimos e financiamentos:

Saldos	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	
Em 31 de dezembro de 2006	22.084	71.380	30.801	230.304	354.569
Cisão Copel Transmissão S.A.	4.101	3.978	3.492	26.478	38.049
Encargos	2.978	-	20.750	-	23.728
Varição monetária e cambial	(2.933)	(8.490)	276	3.314	(7.833)
Transferências	19.051	(19.051)	27.536	(27.536)	-
Amortizações	(22.390)	-	(47.782)	-	(70.172)
Em 31 de dezembro de 2007	22.891	47.817	35.073	232.560	338.341
Ingressos	-	-	-	2.306	2.306
Encargos	2.865	-	20.988	-	23.853
Varição monetária e cambial	9.492	10.036	152	4.226	23.906
Transferências	21.301	(21.301)	28.717	(28.717)	-
Amortizações	(24.094)	-	(56.012)	-	(80.106)
Em 31 de dezembro de 2008	32.455	36.552	28.918	210.375	308.300

a) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Empréstimo para a Usina Hidrelétrica de Segredo e Derivação do Rio Jordão, liberado a partir de 15/01/91, totalizando US\$ 135.000. A dívida é amortizada semestralmente, com vencimento final em janeiro de 2011. Os juros são calculados de acordo com a taxa de captação do BID, a qual, para o quarto trimestre de 2008, foi de 4,23% a.a. O contrato tem as seguintes cláusulas, prevendo rescisão:

- 1) Inadimplemento, por parte do mutuário de qualquer outra obrigação estipulada no contrato ou contratos subscritos com o banco para financiamento para o projeto;
- 2) A retirada ou suspensão, como membro do BID, da República Federativa do Brasil;
- 3) Inadimplemento, por parte do fiador, se houver, de qualquer obrigação estipulada no contrato de garantia;



- 4) Quando a relação entre o seu ativo circulante e o total dos seus financiamentos comerciais e bancários de curto prazo, excluídas a parte corrente da dívida de longo prazo e os dividendos a serem reinvestidos, seja inferior a 1,2; e
- 5) Quando a relação entre sua dívida de longo prazo e o seu patrimônio exceder a 0,9.

Neste contrato foi concedida fiança do Governo Federal através de garantias hipotecária e fiduciária.

b) Banco do Brasil S.A.

A Copel Geração e Transmissão possui um contrato com recursos em iene para financiamento de importação da subestação isolada a gás de Salto Caxias, amortizável em 20 parcelas semestrais, a partir de 07/03/00, com juros de 2,8% a.a. e comissão de repasse de 3,8% a.a. A garantia é vinculada à receita própria.

c) Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Empréstimos originados de recursos do Fundo de Financiamento da Eletrobrás – Finel para expansão dos sistemas de geração e transmissão. A amortização dos contratos vincendos iniciou em julho de 2001, e o último pagamento está previsto para junho de 2016. Os juros de 5,5% a 6,5% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel. A garantia é vinculada à receita própria.

d) Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

- 1) Contrato nº 02070791-00, assinado em 28/11/07 com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do “Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento GER 2007”.

O crédito no valor de R\$ 5.078 será desembolsado em 6 parcelas, sendo que a primeira parcela, no valor de R\$ 1.464, foi liberada em abril de 2008. Sobre o principal da dívida são calculados juros equalizados de 6,37% a.a., pagos no dia 15 de cada mês, inclusive no período de carência. O saldo devedor será pago à Finep em 49 parcelas mensais e sucessivas com o vencimento da primeira parcela em 15/12/10 e a última em 15/12/14.

- 2) Contrato nº 02070790-00, assinado em 28/11/07 com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do “Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento TRA 2007”.

O crédito, no valor de R\$ 3.535, será desembolsado em 6 parcelas, sendo que a primeira, no valor de R\$ 844, foi liberada em outubro de 2008. Sobre o principal da dívida são calculados juros equalizados de 6,13 % a.a., pagos no dia 15 de cada mês, inclusive no período de carência. O saldo devedor será pago à Finep em 49 parcelas mensais e sucessivas com o vencimento da primeira parcela em 15/12/10 e a última em 15/12/14.



Como garantia ao contrato, a Copel Geração e Transmissão autoriza o Banco do Brasil efetuar bloqueio dos recebimentos feitos regularmente, nos valores indicados pela Finep, na conta corrente proveniente da arrecadação mensal da financiada. Em caso de inadimplência de alguma cláusula contratual, haverá perda integral do benefício da equalização.

17 FORNECEDORES

	2008	2007
Encargos de uso da rede elétrica		
Rede básica e conexão	20.603	19.518
Sistema de distribuição	367	452
	20.970	19.970
Fornecedores de energia elétrica		
Dona Francisca Energética S.A.	5.128	4.567
Concessionárias - CCEE (NE nº 29)	-	787
Outras concessionárias	-	96
	5.128	5.450
Materiais e serviços		
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - NC	214.157	190.394
Cia. Paranaense de Gás - Compagas - NC	23.650	21.239
Outros fornecedores	42.693	17.375
	280.500	229.008
	306.598	254.428
Circulante	68.791	42.795
Não Circulante - NC	237.807	211.633

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 06/03/06, foi assinado acordo com a Petrobras, visando equacionar as pendências referentes ao contrato de gás para a Usina Termelétrica de Araucária. O acordo consistiu na assinatura de Contrato de Transação Extrajudicial pelo qual a Companhia, tendo a Controladora como devedora solidária, confessou dívida de R\$ 150.000 para com a Petrobras, esta na qualidade de cessionária dos créditos da Compagas junto à Copel Geração, a ser paga em 60 parcelas mensais, a partir de janeiro de 2010, sendo os valores corrigidos pela taxa Selic.

Em 30/05/06, a Copel Geração assinou Termo de Ratificação de Quitação Mútua com a Compagas, no qual as partes dão-se plena, geral, rasa, irrevogável e irretratável quitação mútua de todas as obrigações e direitos decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural que celebraram entre si em 30/05/00, rescindido em 31/05/05, nada mais tendo a reclamar uma contra a outra, a qualquer título, a partir da assinatura do Contrato de Transação Extrajudicial com Confissão de Dívida que ajustaram juntamente com a Petrobras, com a participação da Controladora, remanescendo a dívida ali confessada pela Copel Geração.



18 FOLHA DE PAGAMENTO E PROVISÕES TRABALHISTAS

	2008	2007
Folha de pagamento		
Participações nos lucros e/ou resultados de 2008 (NE nº 27.c)	16.331	13.441
Tributos e contribuições sociais	6.548	5.425
Consignações a favor de terceiros	-	2
	22.879	18.868
Provisões trabalhistas		
Férias	12.786	12.232
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	3.999	3.844
Provisões para desligamentos voluntários	-	1.273
	16.785	17.349
	39.664	36.217

19 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Plano de benefício previdenciário

A Copel Geração e Transmissão patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados ativos e pós-emprego e respectivos dependentes legais.

Os planos previdenciários I e II foram estabelecidos na modalidade de benefício definido (BD) contributivo e o plano previdenciário III (CV) foi estabelecido na modalidade de contribuição definida (CV). Na data da aposentadoria o plano de contribuição definida (CV) torna-se uma renda mensal vitalícia.

As parcelas de custos desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 371/2000. As premissas atuariais e financeiras e para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da patrocinadora.

Até julho de 2007 o fluxo de pagamento das contribuições relativas aos planos previdenciários I e II estava garantido por contrato denominado "Instrumento Particular de Ajuste das Reservas Matemáticas dos Planos Previdenciários (Básico) e Complementar de Benefícios Previdenciários", assinado em 20/01/99 pela Controladora. Este contrato possui cláusulas que prevêm a extinção da obrigação sob determinadas condições. Com base em pareceres legais preparados por consultores jurídicos externos e internos que concluíram estarem extintas as obrigações contratadas, em 27/07/07 a Companhia comunicou à Administração da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, a cessação dos pagamentos das contribuições previstas nesse contrato a partir de agosto de 2007.

Em setembro de 2007, a Fundação Copel manifestou interpretação contrária à da Companhia, o que levou a uma consulta conjunta à Secretaria de Previdência Complementar - SPC, solicitando



manifestação em relação à questão.

Em novembro de 2007, a SPC solicitou esclarecimentos e sugeriu a realização de auditoria atuarial independente com o objetivo de avaliar o processo de saldamento, com parecer conclusivo sobre a adequação das premissas utilizadas e sobre a extinção ou não da dívida e/ou do contrato em questão.

Em julho de 2008, a Fundação Copel enviou para a SPC o Relatório de Auditoria elaborado pela consultoria atuarial contratada e, em outubro de 2008, a SPC encaminhou Ofício à Fundação Copel solicitando maiores esclarecimentos e fundamentações ao Parecer.

A conclusão da discussão acima não afetará os valores já registrados como passivo atuarial de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000, somente afetando o fluxo de caixa do pagamento de contribuições entre a Companhia e a Fundação Copel.

b) Plano de benefício assistencial

A Copel Geração e Transmissão aloca recursos destinados a dar cobertura às despesas de saúde dos empregados e dependentes, dentro das regras, limites e condições estabelecidas em regulamentos específicos. Inclui exames médicos periódicos e são estendidos aos aposentados e pensionistas vitaliciamente.

c) Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial na conta de Benefícios Pós-emprego estão resumidos a seguir:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	2008	2007
Plano de benefícios - Planos I e II (BD)	40.083	93.504	133.587	151.512
Plano de benefícios - Plano III (CV) - empregados	2.375	-	2.375	1.320
	42.458	93.504	135.962	152.832
		Circulante	5.908	8.748
		Não circulante	130.054	144.084

Os valores reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	2008	2007
Plano previdenciário - custo periódico pós-emprego	(13.196)	(24.276)
Plano previdenciário (CV)	12.360	14.382
Plano assistencial - pós-emprego	(1.924)	5.386
Contribuição assistencial	5.031	(11.744)
(-) Transferências p/ imobilizado em curso	(1.856)	(427)
	415	(16.679)

O custo anual estimado para o exercício de 2008 pelo atuário independente resultou em receita



devido aos ganhos atuariais que estão sendo amortizados, cujos valores ultrapassam o valor do custo normal periódico.

d) Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 371/2000

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2008 e 2007 estão demonstradas a seguir:

	Real	Nominal
Econômicas		
Inflação a.a.	-	5,20%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.	6,00%	11,51%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	7,30%
Demográficas		
Tábua de mortalidade		AT - 83
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 49
Tábua de entrada em invalidez		Light

Na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculado pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A partir do exercício findo em 31/12/06, a Companhia optou por deixar de diferir os ganhos e perdas atuariais futuros apurados no plano assistencial, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

20 OUTROS PASSIVOS REGULATÓRIOS

Parcela de ajuste - revisão tarifária das transmissoras

Consta dos contratos de concessão celebrados pelas concessionárias de transmissão, cláusula que estabelece 1º/07/05 como a data da primeira revisão tarifária periódica das receitas anuais permitidas. O processo de revisão tarifária foi concluído efetivamente, tendo seus resultados homologados em 1º/07/07, sendo os efeitos retroativos a 1º/07/05. Desta forma, foi necessário calcular a diferença retroativa ao período 2005 – 2007 que foi tratada como “parcela de ajuste - revisão”.

Esta diferença apropriada pelas transmissoras, está sendo compensada em 24 meses, com início em julho de 2007.

A Copel Geração e Transmissão apresentou em 31/12/08 no ativo circulante o saldo no valor de R\$ 11.680.

**21 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO**

A Aneel aprovou o Manual dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica. Em outubro de 2006, foram estabelecidos critérios e procedimentos para cálculo, aplicação e recolhimento, pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, dos recursos a serem destinados, mensalmente, aos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, bem como ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia – MME, previstos na Lei nº 9.991/00.

O Agente Regulador através da Resolução Normativa 316, de 13/05/08, determinou às Concessionárias que os valores a serem recolhidos ao MME e ao FNDCT, referentes ao exercício de 2008 fossem realizados em quota única, de modo que o valor recolhido em fevereiro de 2009 foi de R\$ 9.183. Para o exercício de 2009 os recolhimentos serão pagos até o quinto dia útil do segundo mês subsequente ao reconhecimento contábil.

Os saldos constituídos para aplicação em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento são compostos da seguinte forma:

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 2008	Saldo em 2007
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	7.605	-	7.605	7.075
MME	-	3.802	-	3.802	3.726
P&D	1.945	-	20.324	22.269	20.519
	1.945	11.407	20.324	33.676	31.320
			Passivo circulante	28.352	31.320
			Passivo não circulante	5.324	-

A mutação dos saldos está apresentada a seguir:

Saldos	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 2006	5.777	8.298	13.943	28.018
Constituições	5.198	2.599	5.198	12.995
Incorporação Copel Transmissão S.A.	1.252	625	3.691	5.568
Juros Selic	-	-	1.349	1.349
Recolhimentos	(5.152)	(7.796)	-	(12.948)
Conclusões de projetos	-	-	(3.662)	(3.662)
Em 2007	7.075	3.726	20.519	31.320
Constituições	6.122	3.061	6.122	15.305
Juros Selic	-	-	1.986	1.986
Recolhimentos	(5.592)	(2.985)	-	(8.577)
Conclusões de projetos	-	-	(6.358)	(6.358)
Em 2008	7.605	3.802	22.269	33.676

**22 OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	2008	2007
Passivo circulante		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	16.616	12.495
Parcerias em consórcios	4.833	105
Devolução de participação financeira do consumidor	4.738	-
Indenização Comunidade Indígena Apucarantina	2.498	2.240
Entidades seguradoras - prêmios a pagar	1.929	1.202
Taxa de fiscalização - Aneel	655	593
Cauções em garantia	690	497
Empregados	-	670
Outras obrigações	170	54
	32.129	17.856
Passivo não circulante		
Indenização Comunidade Indígena Apucarantina	4.995	6.720
	4.995	6.720

23 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde por diversos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Os saldos das provisões para contingências, líquidos dos depósitos judiciais vinculados são os seguintes:

	Contingências	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Provisão líquida
			2008	2007
Trabalhistas	23.676	(4.469)	19.207	18.979
Regulatórias (a)	13.513	-	13.513	2.169
Cíveis:				
Cíveis e direito administrativo	6.042	(5.293)	749	1.003
Serviços de passagem	6.642	-	6.642	3.298
Desapropriações e patrimoniais (b)	119.350	-	119.350	106.234
	132.034	(5.293)	126.741	110.535
Fiscais:				
Tributárias	23.960	-	23.960	23.448
	23.960	-	23.960	23.448
	193.183	(9.762)	183.421	155.131



As mutações das provisões são as seguintes:

	Saldo Provisão	Constituições resultado	Constituições imobilizado	Quitações	Saldo Provisão
	2007				2008
Trabalhistas	22.645	15.050	-	(14.019)	23.676
Regulatórias	2.169	11.344	-	-	13.513
Cíveis:					
Cíveis e direito administrativo	1.003	5.148	-	(109)	6.042
Serviços de passagem	3.298	-	3.926	(582)	6.642
Desapropriações e patrimoniais	106.234	-	13.385	(269)	119.350
	110.535	5.148	17.311	(960)	132.034
Fiscais:					
Tributárias	23.448	512	-	-	23.960
	23.448	512	-	-	23.960
	158.797	32.054	17.311	(14.979)	193.183

As causas classificadas como de perda possível, estimadas pela Companhia em 31/12/08, totalizaram R\$ 44.156, distribuídas em ações das seguintes naturezas: trabalhistas R\$ 18.809; cíveis R\$ 12.898; e fiscais R\$ 12.449.

a) Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. O principal processo em andamento, no valor de R\$ 13.414, refere-se às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/2002. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CEEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Companhia será acionada à quitar os montantes de sua responsabilidade.

b) Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Em ação de cobrança proposta pela empresa Ivaí Engenharia de Obras S.A., a Companhia foi condenada a pagar a quantia compensatória de suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato D-01, que tinha por objeto a execução de obras de derivação do rio Jordão, no valor de R\$ 180.917. A Companhia recorreu e obteve sucesso parcial com a rejeição da cumulação da taxa Selic com os juros moratórios e continuará a discutir judicialmente a exigência, valendo-se dos recursos que o processo lhe assegura.

A Companhia contabilizou Provisões para Contingências em contrapartida ao Imobilizado, no valor de R\$ 109.245, levando em conta a avaliação de sua Diretoria Jurídica, que considera a probabilidade de perda provável.



24 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2008 representa R\$ 3.400.378, composto por 3.400.378 mil ações, todas ordinárias sem valor nominal, subscritas e integralizadas.

b) Reservas de lucros

	2008	2007
Reserva legal	122.967	91.808
Reserva para investimentos	105.616	105.616
	228.583	197.424

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva para investimentos visa à cobertura do programa de aplicações de recursos no ativo permanente da Companhia, conforme o artigo nº 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.

A proposta de distribuição de dividendos é como segue:

	2008
Lucro líquido do exercício	623.177
Efeitos fiscais pela opção de juros sobre o capital próprio	(66.640)
Lucro líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre o capital próprio	556.537
Reserva legal teórica sobre o lucro acima	(27.827)
Base de cálculo para dividendos mínimos	528.710
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	158.613
Imposto de renda retido sobre juros sobre o capital próprio	29.400
Valor do dividendo mínimo ajustado, calculado considerando o efeito do IRRF	188.013
Remuneração do capital próprio apropriada	196.000
Distribuição de dividendos	396.018

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas financeiras e, para efeito das demonstrações, são apresentados como destinação do lucro líquido do exercício. No resultado do exercício, sua reversão foi efetuada contra rubrica própria em despesas financeiras, conforme preconiza a CVM.

**25 RECEITA OPERACIONAL**

	2008	2007
Fornecimento de energia elétrica		
Industrial	165.006	164.935
	165.006	164.935
Suprimento de energia elétrica		
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	909.095	796.128
Contratos bilaterais	434.422	427.814
Contratos com pequenas concessionárias	-	12.586
	1.343.517	1.236.528
Disponibilidade da rede elétrica		
Rede básica - tarifa de uso do sistema de transmissão - Tust	201.473	15.452
Rede de conexão	13.941	1.052
Parcela de ajustes de encargos da rede	12.715	1.618
	228.129	18.122
Energia elétrica de curto prazo		
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	41.960	39.451
	41.960	39.451
Outras receitas operacionais		
Renda da prestação de serviços	24.374	42.801
Arrendamentos e aluguéis	891	246
Outras receitas	158	226
	25.423	43.273
	1.804.035	1.502.309

Rede básica – tarifa de uso do sistema de transmissão - Tust

As concessionárias de transmissão têm direito a Receita Anual Permitida - RAP, cujo valor inicial e critérios de reajuste são estipulados no Contrato de Concessão. A Copel Geração e Transmissão é detentora de três contratos de concessão de transmissão, os quais possuem diferentes critérios de revisão tarifária e de formação de receita.

O contrato de concessão nº 060/2001 regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para as instalações em operação até 31.12.1999, denominadas Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, bem como instalações e reforços autorizados pela Aneel a partir desta data, denominadas Rede Básica Novas Instalações – RBNI. Além da rede básica, este contrato concede à Companhia a operação de instalações denominadas Demais Instalações de Transmissão – DITs e ainda o compartilhamento de instalações com outras transmissoras. Esta concessão tem prazo de 20 anos a contar da data de publicação da Lei nº 9.074/1995, encerrando-se em 07.07.2015. O presente contrato possui cláusula de revisão tarifária somente sobre as novas instalações autorizadas, sendo que receitas provenientes do sistema existente são blindadas, ou seja, não sofrem alteração até o final da concessão, sendo corrigidas anualmente pelo IGPM.

O contrato de concessão de transmissão nº 075/2001, outorgado à Copel em 07.08.2001, consiste na implantação da linha de transmissão de 230 kV, com origem na subestação Bateias, no município de Campo Largo, e término na subestação Jaguariaíva, bem como suas respectivas entradas de linha e demais instalações necessárias. O prazo da concessão é de 30 anos contados a partir da assinatura do contrato, ou seja, finda em 17.08.2031, podendo ser prorrogado por igual



período, a critério da Aneel. Este contrato não possui cláusula de revisão tarifária e sua receita permitida é corrigida anualmente pelo IGPM.

Em 17.03.2008, a Companhia assinou junto à Aneel o Contrato de Concessão nº 006/2008, referente à Linha de Transmissão em 230 kV ligando as subestações Bateias e Pilarzinho em Curitiba. Este empreendimento encontra-se em fase de construção e sua entrada em operação está prevista para 17.06.2009. Este contrato possui prazo de 30 anos e prevê revisão tarifária no 5º, 10º e 15º ano após a data de assinatura. Nos demais anos de sua vigência, a receita permitida será reajustada pelo IPCA.

Conforme constam nos contratos de concessão da Copel Geração e Transmissão acima descritos, observamos a seguinte estrutura de formação das receitas ao longo do período de concessão, bem como seus critérios de revisão:

Contrato	Tipo	Receita em 2008	Critério de ajuste da receita
060/01	RBSE	61.315	Receita blindada. Não sofre redução até o final da concessão, em 07/07/15.
	RBNI	142.967	Deste total, R\$ 41.925 estão sujeitos a revisão da tarifa em 2009 e R\$ 101.042 já foram revisados em 2007. Essas receitas são revisadas a cada quatro anos.
	RPC	10.826	Receita blindada. Não sofre redução até o final da concessão, em 07/07/15.
	RCDM	3.115	Receitas autorizadas sem prever futuras reduções. Entretanto serão revisadas a cada quatro anos, podendo sofrer mudança neste critério.
075/01	RAP	9.906	Redução de 50% a partir de 17/08/16
006/08	RAP	-	Este contrato não apresentou receita em 2008, uma vez que sua entrada em operação está prevista para junho de 2009.
Outras receitas		2.731	Deste total, R\$ 624 são provenientes de contratos de compartilhamento de instalações de transmissão e são reajustados anualmente pelo IGP-M sem sofrer futuras reduções. R\$ 2.107 referem-se a prestação de serviços técnicos a terceiros e é variável anualmente.
Total		230.860	

Nos contratos de concessão nº 075/2001 e nº 006/2008 está prevista a possibilidade de prorrogação do prazo por mais 30 anos, após o seu término. No contrato de concessão nº 60/2001 a previsão da prorrogação do prazo é por mais 20 anos.

**26 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL**

	2008	2007
Tributos sobre a receita		
Cofins	132.412	106.371
ICMS	39.780	43.091
PIS/Pasep	28.746	23.095
ISSQN	760	1.071
	201.698	173.628
Encargos do consumidor		
Reserva global de reversão - RGR	41.503	34.130
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (NE nº 21)	15.305	12.995
Conta de desenvolvimento energético - CDE	713	57
Conta de consumo de combustível - CCC	541	51
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	187	12
	58.249	47.245
	259.947	220.873

27 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

As composições dos custos e despesas em 2008 e 2007 são as seguintes:

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec.(desp.), líquidas	Total
					2008
Energia elétrica comprada para revenda (a)	70.065	-	-	-	70.065
Encargos de uso da rede elétrica (b)	163.618	-	-	-	163.618
Pessoal (c)	125.985	-	34.365	-	160.350
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 19)	1.391	-	(976)	-	415
Material (d)	9.750	-	531	-	10.281
Matéria-prima e insumos produção energia (e)	19.577	-	-	-	19.577
Serviços de terceiros (f)	42.244	-	17.289	-	59.533
Depreciação e amortização	132.757	-	2.752	-	135.509
Taxas regulamentares (g)	-	-	-	89.358	89.358
Provisões e reversões (h)	-	(11.135)	-	32.054	20.919
Outros custos e despesas (i)	(12.324)	9.619	7.499	5.187	9.981
	553.063	(1.516)	61.460	126.599	739.606

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec.(desp.), líquidas	Total
					2007
Energia elétrica comprada para revenda (a)	55.489	-	-	-	55.489
Encargos de uso da rede elétrica (b)	169.278	-	-	-	169.278
Pessoal (c)	74.907	-	36.837	-	111.744
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 19)	(11.685)	-	(4.994)	-	(16.679)
Material (d)	8.197	-	504	-	8.701
Matéria-prima e insumos produção energia (e)	(10.673)	-	-	-	(10.673)
Serviços de terceiros (f)	35.314	-	12.811	-	48.125
Depreciação e amortização	104.469	-	1.564	-	106.033
Taxas regulamentares (g)	-	-	-	74.844	74.844
Provisões e reversões (h)	-	(335)	-	2.544	2.209
Outros custos e despesas (i)	(19.723)	14.169	3.044	32.816	30.306
	405.573	13.834	49.766	110.204	579.377

**a) Energia Elétrica Comprada para Revenda**

	2008	2007
Dona Francisca Energética S.A.	55.496	51.536
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	19.575	4.638
Administración Nacional de Electricidad - ANDE	-	3.681
(-) Pasep/Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(5.006)	(4.366)
	70.065	55.489

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

	2008	2007
Furnas Centrais Elétricas S.A	27.822	30.361
Cia Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Cteep	21.639	21.248
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	20.097	20.579
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	15.272	14.672
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte	14.497	13.957
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	7.247	7.053
Novatrans Energia S/A	6.699	6.564
TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S.A	6.611	6.425
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	5.882	6.714
Cia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A - CEEE	5.802	5.809
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate	5.490	5.394
Copel Distribuição S.A.	4.389	5.088
ATE II Transmissora de Energia S.A	2.869	3.027
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A - Ente	2.812	2.858
Itumbiara Transmissora de Energia Ltda	2.723	2.728
Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A	2.595	2.563
STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A	2.285	2.129
Empresa Transmissora de Energia Oeste Ltda - Eteo	2.283	2.135
ATE Transmissora Energia S.A	1.889	1.789
Serra Mesa Transmissora de Energia Ltda - SMTE	1.476	36
Empresa Transmissora de Energia Santa Catarina	1.356	1.027
Empresa Paraense Transmissora de Energia S.A - ETEP	1.274	1.337
Copel Transmissão S.A.	-	16.748
(-) Pasep/Cofins s/ encargos de uso da rede elétrica	(15.548)	(15.752)
Outras concessionárias	16.157	4.789
	163.618	169.278

c) Pessoal

	2008	2007
Remunerações	111.333	70.604
Encargos sociais	36.534	22.741
	147.867	93.345
Auxílio alimentação e educação	8.720	5.605
Indenizações trabalhistas	(194)	1.827
Participação nos lucros e/ou resultados (1)	16.289	13.431
(-) Transferências p/ imobilizado em curso	(12.332)	(2.464)
	160.350	111.744

1) Participação nos lucros e/ou resultados

Desde 1996, a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, pago com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente



estabelecidas.

2) Programas de Desligamento Voluntário e de Incentivo à Aposentadoria

Em 20/01/09, a Administração da Companhia instituiu 2 programas de desligamento voluntário, com vigência a partir de fevereiro de 2009:

Programa de Desligamento Voluntário - PDV: Mediante pagamento de compensação indenizatória, pela extinção do contrato de trabalho, ao empregado que, tendo obtido a aposentadoria pelo INSS até 31/01/09, mediante compensação indenizatória de 40% do total dos valores depositados exclusivamente pela Companhia na conta do FGTS durante a vigência do contrato de trabalho. O prazo para adesão encerrou em 20/03/09 e o prazo para o desligamento é 15/12/09.

Programa Permanente de Incentivo à Aposentadoria - PIA: Mediante pagamento de compensação indenizatória, pela extinção do contrato de trabalho, ao empregado que obtiver, a partir de 01/02/09, a aposentadoria pelo INSS, e opte pela rescisão de seu contrato de trabalho com esta Companhia. A compensação indenizatória será equivalente a 40% do total dos valores depositados exclusivamente pela Companhia na conta do FGTS durante a vigência do contrato de trabalho. O desligamento do empregado deverá ocorrer até 30 dias após a Companhia confirmar-lhe a concessão de sua aposentadoria pelo INSS.

d) Material

	2008	2007
Material para o sistema elétrico	3.412	2.779
Combustíveis e peças para veículos	2.424	1.776
Material para hotéis e hospedarias	997	1.436
Material de construção civil	790	544
Material para cantina	671	319
Material de segurança	472	125
Conservação e limpeza	325	252
Material de expediente	246	141
Ferramental	229	156
Vestuário e uniforme	184	63
Material de informática	144	82
Lubrificantes para veículos e equipamentos automotivos	132	155
Manutenção e conservação de sistemas contra incêndio	72	51
Lanches e refeições	34	23
Outros materiais	149	799
	10.281	8.701

e) Matéria-prima e Insumos para produção de energia

	2008	2007
Combustíveis para produção de energia elétrica	15.520	16.867
Gás natural para produção de energia elétrica - ajuste a valor presente	2.411	2.165
Gás natural para produção de energia elétrica - repactuação	-	(29.903)
Outros insumos	1.646	198
	19.577	(10.673)

**f) Serviços de Terceiros**

	2008	2007
Consultoria técnica, científica e administrativa	9.275	7.497
Manutenção do sistema elétrico	8.615	8.598
Telecomunicações - manutenção do sistema	7.644	5.769
Vigilância	6.640	3.394
Serviços de apoio administrativo	5.455	4.774
Instalações - serviços em área verde	3.493	3.345
Viagens	3.484	1.908
Energia elétrica - consumo	3.250	3.015
Treinamentos	2.083	1.108
Serviços de manutenção civil	1.794	1.242
Condução	1.147	1.003
Processamento e transmissão de dados	1.067	468
Meio ambiente	535	752
Telefone	509	746
Manutenção e conservação de veículos	400	273
Anúncios e publicações	216	330
Despesas jurídicas	138	212
Outros serviços	3.788	3.691
	59.533	48.125

g) Taxas Regulamentares

	2008	2007
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	81.493	69.472
Taxa de fiscalização - Aneel	7.865	5.372
	89.358	74.844

h) Provisões e Reversões

	2008	2007
Provisão (rev.) para créditos de liquidação duvidosa		
Concessionárias e permissionárias (NE nº 8)	(11.223)	(376)
Serviços prestados a terceiros e outros créditos	88	41
	(11.135)	(335)
Provisão (rev.) para contingências		
Trabalhistas	15.050	271
Regulatórias	11.344	9
Cíveis e direito administrativo	5.148	164
Tributárias	512	2.100
	32.054	2.544
	20.919	2.209

**i) Outros Custos e Despesas Operacionais**

	2008	2007
Créditos incobráveis - RTE (NE nº 7)	9.619	14.169
Doações - Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	4.040	3.012
Tributos	2.679	1.022
Arrendamentos e aluguéis	2.535	1.183
Seguros	2.503	2.193
Perdas na desativação de bens e direitos	1.932	495
Indenização judicial	1.245	-
Taxas e anuidades - entidades não governamentais	703	1.215
Eventos externos	550	298
Recuperação de custos e despesas	(15.785)	(25.348)
Ganhos na alienação de bens e direitos	(972)	(123)
Multas	-	2.333
Perdas em estudos e projetos	-	29.878
Outros custos e despesas (receitas) gerais	932	(21)
	9.981	30.306

Arrendamentos e aluguéis

A estimativa de gastos para o exercício de 2009 é basicamente a mesma de 2008, acrescentando-se apenas os índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual. ⁽¹⁾

Do total de R\$ 2.535 gastos com arrendamentos e aluguéis, R\$ 2.031 referem-se ao contrato de locação do Pólo Km 3, firmado entre a Copel Geração e Transmissão e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o contrato mais relevante para a Companhia. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

⁽¹⁾ Informações não auditadas pelos auditores independentes.

**28 RESULTADO FINANCEIRO**

	2008	2007
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	96.681	65.586
Multas	2.074	250
Juros sobre impostos a compensar	900	1.448
Encargos moratórios sobre faturas de energia	227	1.173
Variações monetárias	18	211
Juros sobre mútuo - Holding	-	13.295
Outras receitas financeiras	79	126
	99.979	82.089
(-) Despesas financeiras		
Variações monetárias e cambiais	48.707	12.495
Encargos de dívidas	23.779	23.729
Juros sobre Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.987	1.349
Juros e multas moratórias fiscais, sancionatórias e outras	1.313	725
CPMF	214	6.473
Outras despesas financeiras	23	18
IOF sobre contrato de mútuo	-	6.848
	76.023	51.637
	23.956	30.452

29 CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE

O MAE foi extinto e suas atividades, seus ativos e passivos foram, em 12/11/04, absorvidos pela CCEE, que foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sob regulação e fiscalização da Aneel.

Os saldos relativos às transações realizadas pela Companhia são os seguintes:

	2008	2007
Ativo circulante (NE nº 7)		
Até dezembro de 2007	7	2.019
De outubro a dezembro de 2008	9.157	-
	9.164	2.019
Passivo circulante (NE nº 17)		
Até dezembro de 2007	-	787
	-	787



A movimentação dos valores de energia de curto prazo (CCEE) no exercício de 2008 é apresentada a seguir:

	Valores a liquidar	Liquidação	Apropriação	Valores a liquidar
	2007			2008
Ativo circulante (NE nº 7)				
Até dezembro de 2007	2.019	(1.166)	(846)	7
De abril a junho de 2008	-	(8.319)	8.319	-
De julho a setembro de 2008	-	(20.095)	20.095	-
De outubro a dezembro de 2008	-	(5.540)	14.697	9.157
	2.019	(35.120)	42.265	9.164
(-) Passivo circulante (NE nº 17)				
Até dezembro de 2007	787	(787)	-	-
De janeiro a março de 2008	-	(4.216)	4.216	-
De abril a junho de 2008	-	(2.578)	2.578	-
De outubro a dezembro de 2008	-	(11.659)	11.659	-
	787	(19.240)	18.453	-
Total líquido	1.232	(15.880)	23.812	9.164

Nos exercícios de 2008 e 2007 a Companhia efetuou a comercialização de energia no curto prazo no âmbito da CCEE, no resultado, conforme a seguir demonstrado:

	2008		2007	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Compra	90.774,21	19.575	74.220,51	4.638
Venda	355.930,98	41.960	928.763,04	39.451

(*) Informações não auditadas.

AES SUL

Pelo Comunicado aos Agentes CAM 1313/08, de 22.10.2008, a CCEE informou os valores a serem liquidados em razão da liminar concedida pela 15ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Ordinária nº 2002.34.00.026509-0, em favor da AES Sul, contra a aplicação retroativa do Despacho Aneel nº 288/2002. Em decorrência, a Companhia pagou o valor de R\$ 11.659, em 07/11/08.

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a Caixa e equivalentes de Caixa, Consumidores e revendedores, Contas a receber de entidades governamentais e Empréstimos e financiamentos.

b) Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Em 31/12/08, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia



aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se:

	2008	2007
Caixa e equivalentes de caixa	920.861	873.192
Empréstimos e financiamentos	308.300	338.341
Contas a receber de entidades governamentais	1.513	1.306

c) Fatores de Risco

1) Risco de crédito

O risco de crédito da concessionária surge da possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento de faturas da venda de energia elétrica. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais e fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

2) Risco de moeda estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

As aplicações financeiras classificadas na rubrica Caixa e equivalentes de caixa da Companhia, em quase sua totalidade, estão investidas em papéis de renda fixa lastreadas em títulos públicos federais. A dívida em moeda estrangeira não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

3) Risco de taxa de juros

Risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

4) Risco de vencimento antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros, os quais são calculados e analisados periodicamente visando a manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.



5) Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Por outro lado o risco é calculado pelo Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS que, segundo as informações do Planejamento de Operação Energética, divulgado anualmente no *site* www.ons.org.br, não prevê programa de racionamento para os próximos 2 anos ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Informações não auditadas pelos auditores independentes.

6) Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão com a expectativa, pela Administração, de que sejam prorrogadas pelo Ministério das Minas e Energia com subsídios da Aneel. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo poder concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

7) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº 550, de 17.10.2008, a Companhia avaliou suas transações e não identificou instrumentos financeiros derivativos.

**31 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Os principais saldos das transações com partes relacionadas são:

Parte relacionada	Natureza da operação	2008	2007
Ativo circulante			
Copel Distribuição S.A.	Suprimento de energia elétrica	10.326	8.381
Centrais Elétricas do Rio Jordão - Elejor	Encargos de uso da rede elétrica	15	13
Copel Distribuição S.A.	Encargos de uso da rede elétrica	14.357	18.774
Usina Elétrica a Gás Araucária - UEGA	Encargos de uso da rede elétrica	920	-
Centrais Elétricas do Rio Jordão - Elejor	Prestação de serviços	398	436
Usina Elétrica a Gás Araucária - UEGA	Prestação de serviços e outros créditos	-	6.293
Governo do Estado do Paraná	Cessão de empregados e outros créditos	1.513	629
Ativo não circulante			
Copel Distribuição S.A.	Encargos de uso da rede elétrica	-	5.837
Centrais Eólicas do Paraná - CEOLPAR	Investimentos	5.482	2.883
Copel Empreendimentos Ltda	Investimentos	404.461	-
Passivo circulante			
Copel Distribuição S.A.	Encargos de uso da rede elétrica	367	452
Cia Paranaense de Energia - Copel	Dividendos e Juros sobre capital próprio	562.618	504.687
Copel Distribuição S.A.	Prestação de serviços	272	471
Copel Telecomunicações S.A.	Prestação de serviços	625	481
Passivo não circulante			
Cia Paranaense de Gás - Compagas	Materiais	23.650	21.239
Receita operacional			
Suprimento de energia			
Copel Distribuição S.A.	Suprimento de energia elétrica	90.511	74.229
Disponibilidade da rede elétrica			
Copel Distribuição S.A.	Encargos de uso da rede elétrica	72.339	5.664
Centrais Elétricas do Rio Jordão - Elejor	Encargos de uso da rede elétrica	130	10
Usina Elétrica a Gás Araucária - UEGA	Encargos de uso da rede elétrica	560	-
Outras receitas operacionais			
Centrais Elétricas do Rio Jordão - Elejor	Prestação de serviços	5.385	4.883
Usina Elétrica a Gás Araucária - UEGA	Prestação de serviços	-	9.738
Custos e despesas administrativas			
Encargos de uso da rede			
Copel Distribuição S.A.	Encargos de uso da rede elétrica	4.389	5.088
Usina Elétrica a Gás Araucária - UEGA	Encargos de uso da rede elétrica	-	9.643
Matéria-prima e insumos			
Cia Paranaense de Gás - Compagas	Insumos para produção de energia	2.411	233
Usina Elétrica a Gás Araucária - UEGA	Insumos para produção de energia	(1.105)	-
Serviços de terceiros			
Copel Distribuição S.A.	Consumo de energia	3.241	3.001
Copel Telecomunicações S.A.	Serviços de telecomunicações	7.643	5.768
Usina Elétrica a Gás Araucária - UEGA	Prestação de serviços	(44)	2.301
Outros custos e despesas			
Fundação Copel	Aluguel de imóveis	2.031	1.344
Recuperação de despesas			
Centrais Elétricas do Rio Jordão - Elejor	Reemb. salários de empregados cedidos	-	(217)
Usina Elétrica a Gás Araucária - UEGA	Recuperação de despesas	-	(10.796)
Receitas financeiras			
Cia Paranaense de Energia - Copel	Rendas s/ empréstimos	-	13.295
Centrais Eólicas do Paraná - CEOLPAR	Investimentos	3.191	-
Copel Empreendimentos Ltda	Investimentos	2.568	-
Despesas Financeiras			
Usina Elétrica a Gás Araucária - UEGA	Reembolso outras despesas financeiras	(78)	-



32 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância Segurada
Riscos nomeados (a)	24/08/09	1.246.157
Incêndio - imóveis próprios e locados (b)	24/08/09	34.141
Responsabilidade civil (c)	24/08/09	5.780
Engenharia (d)	24/08/09	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (e)	24/08/09	apólice por averbação
Riscos Diversos (f)	24/08/09	627

a) Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as usinas, nomeando os principais equipamentos, com os respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

b) Incêndio

Imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza mais a cobertura adicional de vendaval.

c) Responsabilidade civil

Apólice contratada pela Controladora com importância segurada única, extensiva a Copel Geração e Transmissão. Garante a cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

d) Riscos de engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações e usinas. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

e) Seguro de transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de



transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos ou eletrônicos.

f) Riscos diversos

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transporte. Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades da Companhia ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

33 GASTOS EM MEIO AMBIENTE

A Companhia vem desenvolvendo programas e buscando alternativas que possibilitem a redução dos impactos ambientais provocados pelo desempenho de suas atividades.

Dentro desta filosofia, como principais programas desenvolvidos para este objetivo, em 2008 e 2007, com os respectivos valores gastos, podemos citar:

Gastos Meio Ambiente	2008	2007
Programa de Gestão de Resíduos	254	510
Programa de Proteção a Fauna e a Flora	3.595	3.986
Programa Tributo às Águas e outros	125	-
Programa Monitoramento de Algas e Dano Ambiental	45	-
Programa de Educação Ambiental e Museu Regional do Iguaçu	67	55
Programa de pesquisa e desenvolvimento – P&D	12.431	17.291
	16.517	21.842

Paralelamente aos programas supra citados, a Companhia, de acordo com as diretrizes de sua Administração, vem desenvolvendo estudos em fontes de energia renovável, tais como: energia eólica, energia distribuída (biogás produzido por dejetos de suínos), Biomassa (com aproveitamento de resíduos de madeira), Biocombustíveis, Usinas Térmicas a bagaço de cana-de-açúcar, Microalgas (produção de óleos com fins energéticos), Veículo elétrico e Sistema fotovoltaico (energia solar).

**34 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE**

Apresentamos a seguir o resultado da Copel Geração e Transmissão segregado por atividade:

	GER	TRA	COM	ATV NÃO VINCULADA	2008
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento de energia elétrica	-	-	165.006	-	165.006
Suprimento de energia elétrica	1.343.517	-	-	-	1.343.517
Disponibilização da rede elétrica	-	228.129	-	-	228.129
Energia elétrica de curto prazo	41.960	-	-	-	41.960
Outras receitas operacionais	22.692	2.731	-	-	25.423
	1.408.169	230.860	165.006	-	1.804.035
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(213.858)	(23.577)	(22.512)	-	(259.947)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.194.311	207.283	142.494	-	1.544.088
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(70.065)	-	(70.065)
Encargos de uso da rede elétrica	(163.618)	-	-	-	(163.618)
	(163.618)	-	(70.065)	-	(233.683)
Custo de operação					
Pessoal	(75.049)	(48.397)	(2.458)	-	(125.904)
Planos previdenciário e assistencial	(1.283)	(125)	17	-	(1.391)
Material	(6.932)	(2.816)	-	-	(9.748)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(19.577)	-	-	-	(19.577)
Serviços de terceiros	(31.633)	(10.504)	(68)	-	(42.205)
Depreciação e amortização	(106.485)	(25.228)	(11)	(1.033)	(132.757)
Outros custos de operação	13.657	(1.252)	(75)	-	12.330
	(227.302)	(88.322)	(2.595)	(1.033)	(319.252)
Custo do serviço prestado a terceiros					
Pessoal	(81)	-	-	-	(81)
Material	(2)	-	-	-	(2)
Serviços de terceiros	(39)	-	-	-	(39)
Outros custos do serviço prestado a terceiros	(6)	-	-	-	(6)
	(128)	-	-	-	(128)
	(391.048)	(88.322)	(72.660)	(1.033)	(553.063)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO	803.263	118.961	69.834	(1.033)	991.025
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	1.516	-	-	-	1.516
Despesas gerais e administrativas	(40.325)	(21.135)	-	-	(61.460)
Outras receitas (despesas), líquidas	(115.485)	(11.114)	-	-	(126.599)
	(154.294)	(32.249)	-	-	(186.543)
RESULTADO DO SERVIÇO	648.969	86.712	69.834	(1.033)	804.482
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	99.655	10	314	-	99.979
Despesas financeiras	(69.829)	(6.194)	-	-	(76.023)
	29.826	(6.184)	314	-	23.956
RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	-	-	-	5.759	5.759
LUCRO OPERACIONAL	678.795	80.528	70.148	4.726	834.197
LUCRO ANTES IMPOSTO DE RENDA E CONT.SOCIAL	678.795	80.528	70.148	4.726	834.197
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social	(205.537)	-	-	-	(205.537)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.549)	-	-	66	(5.483)
	(211.086)	-	-	66	(211.020)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	467.709	80.528	70.148	4.792	623.177



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Copel Geração e Transmissão S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado — através de análises de balancetes — a gestão econômico-financeira da referida Empresa, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2008, encerrado em 31 de dezembro, abrangendo o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, tendo apreciado, também, o Relatório da Administração e a proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido, e considerando todos os pontos contidos no Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes — bem como as informações e esclarecimentos por eles prestados, é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem, com propriedade, a situação patrimonial e financeira da Companhia e os correspondentes resultados de suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e à conseqüente deliberação da Acionista Controladora.

Curitiba, 18 de março de 2009

OSMAR ALFREDO KOHLER

Presidente

HERON ARZUA

WILSON PORTES



COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO FISCAL

Presidente OSMAR ALFREDO KOHLER

Membros: HERON ARZUA
WILSON PORTES

DIRETORIA

Diretor Presidente RUBENS GHILARDI

Diretor de Finanças, Relações com Investidores e
de Controle de Participações PAULO ROBERTO TROMPCZYNSKI

Diretor de Administração ANTONIO RYCHETA ARTEN

Diretor de Operação de Geração e Transmissão de Energia RAUL MUNHOZ NETO

Diretor Jurídico ZUUDI SAKAKIHARA

Diretor de Engenharia LUIZ ANTONIO ROSSAFA

Diretora de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial MARLENE ZANNIN

Diretora Adjunta MARLENE ZANNIN

CONTADOR

Contador - CRC-PR - 024769/O-3 ENIO CESAR PIECZARKA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Copel Geração e Transmissão S.A. foi extinto através de sua 10ª Assembleia Geral Extraordinária, ratificada pela 119ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - Copel

As Demonstrações Contábeis da Copel Geração e Transmissão S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia – Copel, publicadas no Diário Oficial do Estado do dia 14 de abril de 2009.
